CONCORRÊNCIA N° 004/2018 – EMAP

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103 E 106 (MESO E SUPERESTRUTURA) E RECUPERAÇÃO CATÓDICA DOS BERÇOS 101 E 102, NO PORTO DO ITAQUI EM SÃO LUÍS – MA

São Luís – MA
2018

SUMÁRIO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO	01
2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	01
3. PARTICIPAÇÃO	02
4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO	02
5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES	03
6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	04
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS	09
8. JULGAMENTO	12
9. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO	14
10. GARANTIA DE EXECUÇÃO	15
11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES	16
13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	16
14. DISPOSIÇÕES FINAIS	17
ANEXOS	19

PRIMEIRA VERSÃO ALTERADA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP, em razão de solicitação da Diretoria de Engenharia e Manutenção da EMAP**,** por meio da Comissão Setorial de Licitação - CSL, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, **tipo Menor Preço,** no regime de execução indireta **Empreitada por Preço Unitário**, em vista do que consta do Processo Administrativo nº 1.405/2017–EMAP, de 21.08.2017, conforme o descrito neste Edital e seus Anexos, e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 9.529/2011 e Lei Estadual n° 10.403/2015.

A sessão pública da Concorrência terá início às **10:00 h, Hora Local, do dia 08 de março de 2018**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na EMAP nesta data, devendo o credenciamento e a entrega dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços para o objeto definido neste Edital e seus Anexos serem feitos no prédio sede da Empresa Maranhense de Admnistração Portuária, localizado na Avenida dos Portugueses, s/n, Porto do Itaqui, em São Luís – MA, na data e horário acima mencionados.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para execução da Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 (meso e superestrutura) e Recuperação Catódica dos Berços 101 e 102, no Porto do Itaqui em São Luís – MA, conforme Projeto Básico e seus elementos e a Minuta do Contrato constantes dos **ANEXOS I e XII**, deste Edital;

1.2. O valor máximo a ser pago pela execução dos serviços objeto desta licitação é de R$ 34.249.302,82 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e dois reais e oitenta e dois centavos);

1.3. O prazo de execução dos serviços é de 03 (três) anos, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela EMAP, autorizando o início das atividades, observado o cronograma físico-financeiro.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1. Qualquer cidadão poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos quanto aos termos do presente Edital, devendo protocolizar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, devendo a Comissão julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis. No caso de licitante, o prazo para impugnar ou solicitar esclarecimentos será de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes.

2.1.1. O pedido de impugnação deverá ser protocolizado, obrigatoriamente, no Setor de Protocolo da EMAP, localizado no Prédio sede da EMAP, na Avenida dos Portugueses, s/n, Itaqui, São Luís-MA, dentro do horário de expediente da EMAP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

2.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

2.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, a licitante que, tendo-o aceito sem

objeção, vier, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que tenham o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das Propostas, constantes deste Edital e seus anexos.

3.2. Não pode participar diretamente desta licitação ou da execução do contrato:

3.2.1. O autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.2.3. Pessoas naturais ou jurídicas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com a EMAP ou tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

3.2.4. Servidor ou dirigente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP;

3.2.5. Empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.6. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

3.2.7. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.2.8. Empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios, representantes legais ou representantes técnicos comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.2.9. Fica impedida de participar, também, deste certame a empresa responsável pela condenação de forma solidária ou subsidiária da EMAP em contrato anterior, já transitado em julgado. Todavia, caso a empresa arque com o valor da condenação, mediante ressarcimento, este impedimento fica sem efeito.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante que quiser se fazer representar nesta licitação deverá se apresentar para credenciamento, na data, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, junto à Comissão por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de **instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por Carta de Credenciamento conforme modelo constante** do **Anexo VIII**, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

4.3. Os documentos citados no subitem anterior (instrumento público de procuração ou instrumento particular ou Carta de Credenciamento) deverão estar **acompanhados de cópia do Ato Constitutivo, ou Contrato Social da empresa ou cópia da ata de eleição dos administradores** (no caso de sociedade por ações) que identifiquem os seus responsáveis legais, sócios ou não, onde estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Esses documentos devem ser apresentados **SEPARADOS dos envelopes de "documentos de habilitação" e de "proposta de preço"**.

4.3.1. Caso a pessoa interessada seja o **proprietário** ou **próprio administrador**, sócio ou não, da licitante, esta deverá se apresentar munida da cópia do **Ato Constitutivo** ou **Contrato Social** da empresa, ou cópia da ata de eleição dos administradores (no caso de sociedade por ações).

4.4. É facultada ao licitante a apresentação do credenciamento de que trata o **subitem 4.2.** A falta desse documento somente impedirá que o representante da licitante se manifeste ou responda pela mesma durante o processo licitatório.

4.5. Em se tratando de **Microempreendedor Individual-MEI, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar do benefício previsto no artigo 43 a 45 da citada Lei, é necessário, **à época do credenciamento**, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, através da **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo estabelecido no **Anexo IX** deste Edital ou modelo próprio da licitante desde que contenha as informações solicitadas no citado **Anexo IX**, a ser apresentada **SEPARADA dos envelopes de "proposta de preços"** e **"documentos de habilitação"**.

4.5.1. A falta da declaração implicará no não enquadramento da licitante no certame como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, salvo se o interessado credenciado presente na sessão produzir este documento no momento do credenciamento.

4.6. Não será admitida a participação de dois ou mais representantes para a mesma empresa, bem como de um representante para mais de uma empresa.

4.7. Aberta a sessão, a Presidente da Comissão ou o seu substituto informará a metodologia a ser desenvolvida prestando os esclarecimentos necessários sobre o desenvolvimento dos trabalhos e convocará os licitantes interessados para, na forma dos subitens anteriores, realizarem o credenciamento de seu representante.

4.8**. A admissão de licitantes** será aceita até o prazo de **30 (trinta) minutos** após o horário indicado para abertura da sessão ou até **o inicio da abertura do lacre do primeiro envelope de propostas de preços, o que ocorrer primeiro**. A partir desse momento, o ingresso de licitantes no recinto será permitido apenas aos interessados em assistir a sessão, sem perturbar os trabalhos, não sendo mais admitidos novos licitantes.

4.9. Não serão consideradas propostas apresentadas por via postal, e-mail ou fax.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Os Documentos de Habilitação e Proposta de Preços deverão ser apresentados, **preferencialmente numerados**, **pessoalmente pelo interessado**, no local, dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. O Envelope n.º 01 deverá conter em 01 (uma) via, **preferencialmente numerada**, identificado conforme o indicado no subitem 5.1, os documentos a seguir indicados:

6.1.1. Relativa à Habilitação Jurídica:

a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente atualizado e registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou de documentos consolidados, se houver, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente;

c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA)**, para fins de comprovação da situação atualizada das empresas participantes de licitação, especificamente quanto aos requisitos do art. 28, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, conforme determina o Decreto Estadual nº 21.040, de 17 de fevereiro de 2005 **(SOMENTE para empresas estabelecidas no Estado do Maranhão)**.

6.1.2. Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), incluindo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91 **(INSS)**, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014;

b) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação das seguintes certidões:
b.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais (não inscritos na Dívida Ativa), e;
b.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
b.3) Quando a prova de regularidade de que trata a alínea “b” for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante apresentação das seguintes certidões:
c.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais (não inscritos na Dívida Ativa), e;
c.2) Certidão Negativa quanto à Divida Ativa Municipal;
c.3) Quando a prova de regularidade de que trata a alínea “c” for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição, sendo que para as

empresas estabelecidas no município de São Luís-MA., a prova de regularidade deverá ser feita mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos,** conforme Instrução Normativa n.º 04/2016-GS-SEMFAZ.

d) Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**;

e) **Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, **nos termos do Anexo X**;

f) **Prova de Inexistência de Débitos Trabalhista** mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.1.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.1.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios:

6.1.3.1.1. Entenda-se como "último exercício social já exigível" o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ano 2016 ou 2017, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1999/2014 – Plenário – TCU).

6.1.3.1.2. Entenda-se como **"apresentados na forma da lei"** o seguinte:

a) Para os empresários e sociedades empresárias em geral, usuárias do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: mediante apresentação do **comprovante de recibo de entrega** emitidos pelo SPED e do **Balanço Patrimonial** e **demais demonstrações** registrados no livro diário constantes do SPED, **IMPRESSOS a partir deste sistema**, conforme art. 1º do Decreto 8.683/2016, de 26.2.2016.

b) Nos demais casos:

I. Para os empresários e sociedades empresárias: cópia autenticada do **balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis extraídos do Livro Diário**, **acompanhados dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário**, devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);

II. Para as sociedades empresárias anônimas (regidas pela Lei nº 6.404/76): **cópia autenticada do balanço Patrimonial e demonstrações contábeis publicados em Diário Oficial e/ou em Jornal de grande circulação**, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante (caput do artigo 132 e 176, e caput e § 5º do art. 289, da Lei nº 6.404/76);

III. Para as sociedades simples constituídas segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil: mediante cumprimento

das normas fixadas para as sociedades empresárias em geral, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial, nos termos do art. 983 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002);

IV. Para as sociedades simples constituídas segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil: mediante cumprimento das normas fixadas para as sociedades empresárias em geral, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial, nos termos do art. 983 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

6.1.3.1.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através da apresentação pelo licitante de memória de cálculo de índices contábeis, utilizando-se as fórmulas abaixo e demonstrando que os resultados atendem aos valores mínimos pré-estabelecidos:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \geq \textbf{1,0}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \textbf{1,0}$$

c) Índice de Solvência SO)

$$\textbf{SO} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \geq \textbf{1,0}$$

6.1.3.1.3.1. A licitante que apresentar quaisquer dos índices relativos à boa situação financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverá comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

6.1.3.1.3.2. Os índices contábeis apurados na análise do balanço patrimonial deverão ser informado pela licitante, conforme as fórmulas acima indicadas, expressando os valores em Reais dos grupos de contas envolvidos. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se no direito de efetuar os cálculos.

6.1.3.1.4. Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta Comercial, incluindo, no caso de empresas estabelecidas no Estado do Maranhão, apresentação de Certidão atualizada da Jucema (Decreto Estadual nº 21.040/05).

6.1.3.1.5. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a

exigência deste item mediante a apresentação do Balanço de Abertura, em que deverá constar elementos que comprovem a boa situação financeira da mesma.

6.1.3.2. Certidão Negativa de Falência (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço e dos documentos de habilitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

6.1.4. Relativa à Qualificação Técnica:

6.1.4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

6.1.4.1.1 **Comprovante de inscrição ou registro** da licitante no Conselho Regional de Engenharia (CREA) competente da região a que estiver vinculada, e/ou em outras entidades profissionais competentes, quando for o caso;

6.1.4.1.2 **Atestados de capacidade técnica** em nome do licitante individual que comprovem ter a empresa executado obras/serviços idênticos ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância do objeto da licitação. **As parcelas de maior relevância do objeto da licitação são: EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS EM CONCRETO ARMADO EM CAIS, PIER OU PONTES.**

6.1.4.1.2.1. Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

6.1.4.1.2.2. Não será aceito atestado de projeto/fiscalização ou coordenação de obra;

6.1.4.1.2.3. Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL e de SUBCONTRATADA, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

6.1.4.1.3 **Atestado de Visita Técnica**, comprovando que o licitante tem pleno conhecimento dos locais onde serão realizadas as obras e os serviços e que se inteirou de todas as condições previstas para a prestação dos serviços, ou **DECLARAÇÃO de declínio do direito de realizar a visita técnica**, e que possui pleno conhecimento dos locais onde serão realizadas as obras e os serviços, das suas condições e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições desses locais, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

6.1.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

6.1.4.2.1. **Atestados em nome dos profissionais da Equipe Técnica**: comprovação do licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, devidamente registrados no CREA (ou outro conselho de classe quando for o caso), detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados (ou em outro conselho de classe, quando for o caso), **fazendo-se acompanhar da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT)**, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional executado obras/serviços idênticos ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância do objeto da licitação. **As parcelas de maior relevância do objeto da licitação**

são: EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS EM CONCRETO ARMADO EM CAIS, PIER OU PONTES.

6.1.4.2.1.1. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante deverá ser feita por meio de Prova de Registro da empresa no CREA (ou outro conselho de classe quando for o caso) em que figure o profissional disponibilizado como responsável técnico ou Registro em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou ART/RRT de Cargo ou Função ou Contrato Social, no caso de Sócio ou Proprietário.

6.1.4.2.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Edital, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela EMAP.

6.1.4.2.1.3. Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

6.1.4.2.1.4. Não será aceito atestado de projeto/fiscalização ou coordenação de obra;

6.1.4.2.1.5. Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL e de SUBCONTRATADA, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

6.1.5. DA VISITA TÉCNICA

6.1.5.1. A licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do Edital, bem como do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar desconhecimento como fator impeditivo da correta formulação das propostas.

6.1.5.2. A licitante que desejar ter conhecimento dos locais onde serão executados os serviços poderá realizar visita técnica, **até o segundo dia útil anterior à data da licitação**, devendo agendar o dia e o horário da visita de seu representante, através dos telefones (98) 3216-6088 ou 3216-6000, no horário das 09:00 às 16:00 horas e então enviada a solicitação formalmente para o e-mail copro@emap.ma.gov.br com o CNPJ da empresa, razão social e nome completo com CPF de todas as pessoas que forem realizar a visita.

6.1.5.3. A licitante interessada em realizar a visita técnica deverá comparecer à EMAP, no Porto do Itaqui, s/n, São Luís - MA, no horário e dia agendados.

6.1.5.4. No momento da realização da visita, será exigida do visitante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carta de credenciamento do representante, emitida em papel timbrado da empresa interessada;

b) Cópia simples da Cédula de Identidade do representante credenciado da licitante.

6.1.5.5 A visita técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.

6.1.5.6 O licitante deverá apresentar Declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local da obra para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

6.2. **Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou pela CSL da**

EMAP, sendo neste último caso com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a abertura dos envelopes, e exclusivamente no horário de 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 15:00h, mediante a apresentação dos originais para confronto.

6.3. As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal e trabalhista** relacionadas no item 6.1.2 deste edital, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão, ou diretamente 10 (dez) dias úteis, a critério da comissão, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.

6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 12 deste Edital, cabendo à Administração selecionar a oferta subsequente em ordem de preço, verificando se existem outros licitantes com direito de preferência no mesmo intervalo, quando for o caso, e proceder ao exame de conformidade da proposta, a sua aceitabilidade e a habilitação da licitante, e assim sucessivamente até encontrar uma que atenda aos requisitos do Edital e aos interesses da EMAP.

6.5. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante participante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

6.6. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para habilitação. A Comissão reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

6.7. É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

6.8. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo e não será devolvida ao proponente.

6.9. As licitantes que apresentarem qualquer documento em desacordo com o edital e/ou deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação serão declaradas inabilitadas e terão suas propostas devolvidas, devidamente fechadas.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O **Envelope nº 02 -** Deverá ser apresentada em 01 (uma) via **preferencialmente numerada**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número da Concorrência e o nome ou razão social do licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

b) **Planilha Orçamentária** com a indicação dos preços unitários e parciais, em duas casas decimais, expressos em reais, já incluídos todos os custos, seja qual for o seu título ou

natureza (mão-de-obra, EPI´s, alimentação, serviços, materiais, equipamentos, transportes, locação, seguro, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, etc.), **excluídos os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL,** na forma do Acórdão nº. 644/2007 – TCU/PLENÁRIO**,** conforme Modelo constante do **Anexo III**, deste Edital.

b.1) Os preços unitários da Planilha Orçamentária da Licitante **não devem ser superiores aos preços unitários** constantes da Planilha Orçamentária da EMAP, integrante do **Anexo IA** deste Edital.

c) **Planilha de Composição dos Custos Unitários**, em duas casas decimais, com base em todos os itens do Modelo de Planilha Orçamentária, constante do **Anexo III** - Modelo de Proposta do Edital, podendo ser utilizado o Modelo de Planilha constante do **Anexo IV** deste Edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas, excluídos os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL, na forma do Acórdão nº. 644/2007 – TCU/PLENÁRIO.

c.1) **A licitante deverá respeitar o piso salarial da categoria profissional previsto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, se houver, em vigor na data de apresentação da proposta**.

d) **Planilha de Composição de BDI**, em duas casas decimais, podendo ser utilizado o Modelo de Planilha constante do **Anexo V** deste Edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas, **excluídos os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL**, na forma do Acórdão nº. 644/2007 – TCU/PLENÁRIO;

e) **Planilha de Composição de Encargos Sociais**, podendo ser utilizado o Modelo de Planilha constante do **Anexo VI** deste edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas;

f) **Cronograma Físico-Financeiro** compatível com o prazo de execução dos serviços, podendo ser utilizado o cronograma da EMAP, integrante do **Anexo ID** deste Edital ou modelo próprio do licitante, desde que contenha todas as informações solicitadas, devendo respeitar os limites de desembolso previstos no cronograma de referência da EMAP;

g) **Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Segurança e Saúde do Trabalho**, podendo ser utilizado modelo constante do **Anexo XI** deste edital**,** ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas.

h) **CD-ROM** contendo os documentos mencionadas nos itens “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, em planilha eletrônica (formato xls. ou .xlsx), envolvido em embalagem adequada, devidamente identificada com a modalidade e número do certame; razão social, endereço, telefone e CNPJ do licitante;

i) **Preço total**, em real, em algarismo e por extenso;

j) **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação;

k) **Prazo de execução dos serviços** de, no máximo, 07 (sete) meses.

7.2. **Os documentos exigidos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 7.1 deste Edital, deverão, necessariamente, ser assinados pelo reprensentante legal da empresa.**

7.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, **inclusive encargos complementares**, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como

inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem prestados sem quaisquer ônus adicionais para a EMAP.

7.4. A licitante deverá considerar na formulação dos preços todos os tributos vigentes e eventuais benefícios/incentivos fiscais, quando houver, observando as condições a seguir:

7.4.1 A licitante cujo estado de origem de faturamento seja diferente do estado de destino do fornecimento ou do serviço, quando couber, deverá obedecer a Legislação Tributária vigente, observando que a EMAP não é contribuinte do imposto (ICMS).

7.4.2 Caso a licitante ou o(s) serviços/materiais tenha(m) algum benefício/incentivo fiscal, obtido com base na legislação vigente, este deverá ser considerado na composição do preço. Obrigatoriamente, a licitante deverá anexar à Proposta Formal escrita comprovante de que faz jus ao referido benefício/incentivo fiscal.

7.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pela Comissão.

7.7. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

7.8. A comissão poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário, e poderá incluir o preço global da proposta, se faltar.

7.9. Caso algumas das informações descritas na alínea “a” do subitem 7.1 deste edital não constem na proposta, poderão ser encaminhadas posteriormente à EMAP até a data de assinatura do Contrato.

7.10. Caso o prazo de validade da proposta e/ou prazo de execução dos serviços sejam omitidos na Proposta de Preços ou estejam em desacordo com o Edital, a licitante não será desclassificada se o representante credenciado da licitante presente na sessão sanar a ausência e/ou o erro verificados junto à Comissão.

7.11. Constatada declaração ou documentação falsa, após inspeção pela CSL, a licitante será inabilitada ou desclassificada, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades.

7.12. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

7.12.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

7.12.2. Não estiverem acompanhadas do **Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho**, de acordo respectivamente com o **Anexo XI** deste Edital, ou não conter o citado termo, salvo se o interessado credenciado presente na sessão produzir este documento no momento em que for constatada a sua falta na própria sessão;

7.12.3. Apresentarem preços unitários e/ou global superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite os valores constantes da Planilha Orçamentária da EMAP constante do Anexo IA deste Edital; ou ainda com preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.12.3.1. Caso a proposta apresente preço(s) unitário(s) superiores ao(s) constante(s) da Planilha Orçamentária disponibilizada pela EMAP, a Comissão poderá diligenciar no sentido de que a licitante justifique o seu preço.

7.12.3.2. No caso de preços manifestamente inexequíveis, antes de desclassificar a proposta, a Comissão deverá estabelecer prazo para que a licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

7.12.5. Apresentar prazo de validade da proposta e/ou prazo de execução dos serviços em desacordo com o estabelecido na alínea "j" e "k" do subitem 7.1 deste Edital e não corrigi-lo(s) ou saná-lo(s) conforme previsto no subitem 7.10 deste Edital;

7.12.6. Deixar de apresentar preço para qualquer item da Planilha Orçamentária da EMAP ou do Modelo de Planilha Orçamentária, constante do Anexo III - Modelo de Proposta do Edital, ou com quantitativo ou especificações divergentes das solicitadas neste Edital;

7.12.7. Deixar de apresentar composição de custos unitários para itens da da Planilha Orçamentária da EMAP ou do Modelo de Planilha Orçamentária, constante do Anexo III - Modelo de Proposta do Edital;

7.12.8. Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas insanáveis capazes de dificultar o julgamento;

7.12.9. Forem apresentadas com rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;

7.12.10. Forem apresentadas por fax, via postal, e-mail ou qualquer meio eletrônico, ou por qualquer outro meio divergente ao estabelecido neste Edital;

7.13. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas de preço forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas livres das causas de motivaram a sua inabilitação ou desclassificação;

7.14. A Comissão, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação de habilitação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ela estipulado, contado do recebimento da convocação.

8. JULGAMENTO

8.1. HABILITAÇÃO

8.1.1. O julgamento iniciar-se-á com a abertura do **Envelope n.º 01**, contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes, que deverá ser rubricada pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da **Comissão**.

8.1.2. Após a apreciação dos documentos exigidos, a **Comissão** declarará habilitadas as licitantes que as tenham apresentado na forma indicada neste Edital e inabilitadas as que não tenham atendido a essas exigências.

8.1.3. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade dos documentos, não será causa de inabilitação.

8.1.4. Ultrapassada a fase de habilitação das concorrentes e abertas as propostas, não cabe mais desclassificá-las por motivo relacionado a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento das propostas.

8.1.5. Às inabilitadas serão devolvidos, fechados, os envelopes contendo as propostas de preços.

8.1.6. Envelopes não reclamados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da adjudicação, serão destruídos, independentemente de notificação ao interessado.

8.1.7. Os licitantes poderão, unanimemente, renunciar ao direito de interpor recurso, o que constará em ata, procedendo-se à abertura dos **Envelopes n.º 02**, das licitantes habilitadas.

8.1.8. Não havendo renúncia ao direito de recorrer, na forma do **subitem anterior**, a **Comissão Setorial de Licitação** suspenderá a sessão, lavrando ata circunstanciada dos trabalhos até então executados e comunicará no sítio da EMAP www.emap.ma.gov.br e/ou jornal e/ou e-mail e/ou carta, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas), às licitantes habilitadas, a data e hora de sua reabertura. Nessa hipótese, os envelopes n.º 02, devidamente fechados e rubricados pelos presentes permanecerão, até que se reabra a sessão, sob a guarda e responsabilidade da **Comissão Setorial de Licitação**.

8.2. PROPOSTAS DE PREÇOS

8.2.1. Ultrapassada a fase de habilitação, serão abertos os **Envelopes de nº 02**, divulgando a **Comissão**, aos licitantes presentes, as condições oferecidas pelos participantes habilitados, sendo as propostas rubricadas pelos mesmos e pelos membros da **Comissão**.

8.2.2. As propostas serão analisadas, podendo a Comissão Setorial de Licitação convocar os licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase de julgamento.

8.2.3. Verificando-se discordância no preço parcial, o mesmo poderá ser corrigido com base no preço unitário e na quantidade efetivamente ofertada. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, desde que estes satisfaçam aos interesses da EMAP independentemente de consulta à licitante.

8.2.4. As propostas que contiverem alternativas de ofertas e condições não previstas ou preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, serão desclassificadas.

8.2.5. O julgamento das propostas será levado a efeito pela CSL, considerando o critério de julgamento **Menor Preço**, entre as licitantes que cumprirem integralmente as exigências deste Edital.

8.2.6. Existindo beneficiário do direito de preferência e se o valor da respectiva proposta de preço estiver no intervalo de até 10% (dez por cento) da menor proposta ser-lhe-á permitido, visando o desempate, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, apresentar uma única proposta de preço, no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** inferior ao da proposta mais bem classificada apresentada por empresa não beneficiária do direito de preferência.

8.2.7. Aplica-se o disposto no item anterior somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada **não** ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2.9. Mediante publicação na Imprensa Oficial do Estado e/ou jornal de grande circulação no Estado do Maranhão e/ou notificação direta ou sítio da EMAP www.emap.ma.gov.br, nos links Emap/Transparência/Licitações, será colocado à disposição dos interessados o resultado da

licitação, cabendo aos licitantes o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data da publicação ou notificação.

9. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

9.1. Não havendo interposição de recurso quanto ao resultado da licitação, ou após o seu julgamento, a **Comissão** adjudicará o objeto ao vencedor, submetendo tal decisão ao **Presidente da Empresa Maranhense de Administração de Portuária** para homologação.

9.2. Após a homologação do resultado da presente licitação pelo Presidente da EMAP, a empresa adjudicatária será convocada, por meio de correspondência específica, para no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do ofício de convocação, assinar o Contrato, **na sede da EMAP**, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12 deste Edital.

9.2.1 Excepcionalmente, e a critério exclusivo da EMAP, mediante requerimento fundamentado da empresa adjudicatária, a assinatura do contrato poderá ocorrer fora da sede da entidade licitante.

9.2.2 Caso tenha deferido o pedido de assinatura do contrato fora da sede da EMAP, e observado, em qualquer hipótese, o prazo indicado no item 9.2, a empresa adjudicatária procederá à impressão colorida e integral de 03 (três) vias do contrato e dos respectivos anexos e coletará a assinatura dos respectivos representantes legais. Competir-lhe-á, ainda, reconhecer em cartório a firma do respectivo signatário do instrumento contratual e da respectiva testemunha, remetendo, nas vinte e quatro horas seguintes a esse reconhecimento, por companhia aérea, as três vias do termo contratual e de eventual documentação requerida no ato de convocação.

9.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EMAP.

9.4. A recusa injustificada da licitante vencedora em prestar a garantia de execução, se houver, assinar o Contrato e receber a Ordem de Fornecimento/Serviço, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

9.5. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar comprovação de regularidade ou certidão negativa de débito para com a CAEMA, consoante determina o Decreto Estadual nº 21.178, de 26/04/05.

9.6. A contratação fica condicionada à confirmação da autenticidade das certidões sujeitas à confirmação e à consulta prévia pela EMAP ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

9.7. Por determinação da Lei Estadual nº 10.182, de 22/12/2014, a CONTRATADA deverá manter em seu quadro de empregados, durante toda a execução do Contrato, egressos do sistema prisional nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas, quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;
b) 1 (uma) vaga, quando da contratação de 6 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores;

9.7.1. A reserva de vaga constante do subitem anterior será exigida da vencedora da licitação quando da execução do contrato.

9.8. A contratação fica condicionada à consulta previa pela EMAP ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo

divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, consoante determina a Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 A garantia será prestada em **até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato**, **no percentual de 5%** do valor global contratado, em uma das modalidades a seguir, **não sendo concedido, em nenhuma hipótese, prazo para apresentação da garantia após esse prazo**:

10.1.1 Em dinheiro;

10.1.2 Seguro garantia;

10.1.3 Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil;

10.1.4 Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.2 Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

10.3 Se a opção recair em Seguro Garantia a mesma deverá ser feita mediante entrega da Apólice em original, acompanhada de comprovante de pagamento do respectivo prêmio, devendo ainda conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 90 (noventa) dias consecutivos após o prazo de validade deste contrato.

10.4 Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 90 (noventa) dias consecutivos após o prazo de validade do contrato.

10.5 Caso ocorra prorrogação do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar **no ato da assinatura do termo aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da EMAP**, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

10.6 A **Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP** poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

10.7 Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

10.8 A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização e/ou Comissão da **EMAP** designada para esse fim.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação dos serviços de que trata este processo licitatório correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Orçamento Geral da EMAP, natureza da despesa 44.90.51 – Obras e Instalações, CAPEX: Obra de Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 e Recuperação Catódica dos Gabiões nos Berços 101 e 102 e Superestrutura nos Berços 103 e 106, fonte 227 – recursos das empresas estatais, integrante do Orçamento Geral da EMAP para o exercício financeiro de 2018/2019/2020.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

12.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a sua proposta, tumultuar e perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, apresentar documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

12.2. Se a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou prestar a garantia de execução, se houver, dentro do prazo estabelecido, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, a Sessão será retomada e as demais licitantes serão chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às seguintes penalidades:

12.2.1. suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de assinar contratos com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

12.2.2. declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contrato com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos ou até que ele cumpra as condições de reabilitação.

12.3. Além das penalidades estabelecidas anteriormente a **EMAP** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.3.1 Advertência escrita;

12.3.2 Multa de 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado, na hipótese de a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou prestar a garantia de execução, se houver, dentro do prazo estabelecido pela EMAP.

12.4. A multa a que se refere o subitem anterior será descontada da garantia, se houver, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

12.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação deste Edital, cabem:

13.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação de licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) rescisão de contrato;

e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

13.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.1.3. Pedido de reconsideração, de decisão do **Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**, na hipótese do § 3º do art.87 da Lei n.º 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

13.1.4. O recurso será dirigido ao **Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP,** por intermédio da **Comissão Setorial de Licitação - CSL**.

13.1.5. **O recurso deverá ser protocolizado, obrigatoriamente, no Setor de Protocolo da EMAP**, localizado no Prédio sede da EMAP, na Avenida dos Portugueses, s/n, Itaqui, São Luís-MA, dentro do horário de expediente da EMAP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, são partes integrantes do Contrato, independentemente de transcrição.

14.2. É facultada à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

14.3. Fica assegurado à **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

14.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

14.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

14.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública da Concorrência.

14.9. No julgamento dos documentos de habilitação e das propostas de preços poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

14.11. O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante publicação na Imprensa Oficial e/ou Jornal de grande circulação, e/ou no sítio da EMAP, e/ou mediante comunicação diretamente aos interessados através de Fax e/ou e-mail.

14.12. Este Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no sítio www.emap.ma.gov.br, no link transparência/licitações, podendo ainda ser adquirido gratuitamente na CSL/EMAP, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 hora, através da apresentação de dispositivo de armazenagem eletrônica (cd, pen drive, etc.).

14.13. **Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital, a licitante deverá acessar o sítio da EMAP www.emap.ma.gov.br, nos links Transparências/Licitações, para acompanhamento de quaisquer alterações, erratas, adiamento, esclarecimentos, julgamento de impugnação, revogação, anulação e demais informações complementares referentes ao presente Edital.**

14.14. Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda da Comissão, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.

14.15. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Projeto Básico
ANEXO IA	Planilha Orçamentária
ANEXO IB	Planilha de Composição do Percentual de Bonificação e Despesas Indiretas BDI
ANEXO IC	Planilha de Encargos Sociais
ANEXO ID	Cronograma Físico Financeiro
ANEXO II	Cadernos de Encargos, Planilha de Composição de Custos Unitários, Nota Técnica, Critério de Medição e Plantas
ANEXO III	Modelo de Proposta
ANEXO IV	Modelo de Planilha de Composição de Custos Unitários
ANEXO V	Modelo de Planilha do Percentual de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI
ANEXO VI	Modelo de Planilha de Composição dos Encargos Sociais
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições dos Locais onde será realizada a obra/serviço
ANEXO VIII	Carta de Credenciamento
ANEXO IX	Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO X	Declaração que não Emprega Menor de 18 (Dezoito) anos
ANEXO XI	Modelo de Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho
ANEXO XII	Minuta do Contrato
ANEXO XIII	Normas de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho
ANEXO XIV	Regras de ouro no trânsito do Porto do Itaqui

São Luís(MA), 19 de fevereiro de 2018.

Caroline Santos Maranhão
Presidente da CSL/EMAP

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP **PORTO DO ITAQUI** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**			
	TÍTULO: Contratação de Empresa Especializada para execução da Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 (meso e superestrutura) e Recuperação Catódica dos Berços 101 e 102, no Porto do Itaqui em São Luís – MA			
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO: JOSÉ EUGÊNIO	**SETOR SOLICITANTE:** DEM	**DATA:** NOV/2017	**REVISÃO:** 1	**Nº FOLHA:**

1. RESUMO DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para execução da Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 (meso e superestrutura) e Recuperação Catódica dos Berços 101 e 102, no Porto do Itaqui em São Luís – MA.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Para a recuperação estrutural dos berços 103 e 106 será necessário realizar várias intervenções de infraestrutura no local. Constituem-se então, as principais intervenções, as listadas a seguir:

- Mobilização;
- Construção do Canteiro de Obra;
- Administração da obra;
- Fornecimento dos materiais;
- Demolições e retiradas;
- Recuperação estrutural do berço 103 (meso e superestrutura);

Compreende os serviços de recuperação e restauração da superestrutura, recuperação e restauração da infraestrutura e recuperação das camisas metálicas das estacas.

- Recuperação estrutural do berço 106 (meso e superestrutura);

Compreende os serviços de recuperação e restauração da superestrutura, recuperação e restauração da infraestrutura e recuperação das camisas metálicas das estacas.

- Recuperação catódica do Berço 101;
- Recuperação catódica do Berço 102;
- Sinalização horizontal e vertical;
- Instalação de Caixa de Drenagem;
- *Asbuilt*;
- Limpeza final da obra;
- Desmobilização.

NOTA: Deverão ser desconsideradas todas as informações referentes a recuperação de Berços que não fazem parte do escopo do contrato e que eventualmente apareçam no presente Projeto Básico e em seus anexos.

3. JUSTIFICATIVA

O transporte marítimo é um dos modais mais importantes para a indústria e logística no Brasil, contudo, o seu potencial ainda não é totalmente utilizado, apesar de ser responsável por 95% do fluxo de exportação do país. Em busca de realizar melhorias no transporte marítimo e continuar com sua taxa de exportação de mercadorias, surge a necessidade de recuperação estrutural dos berços 103 e 106 e recuperação catódica nos berços 101 e 102.

Foram realizadas inspeções em todos os berços e durante os ensaios de medição de espessura nas estacas pranchas dos gabiões dos berços 101 e 102 foi detectada a presença de focos anômalos de degradação das estacas prancha, indicando deficiência no sistema de proteção catódica, permitindo o processo de corrosão.

O Berço 103 é importante na operação do Porto do Itaqui, tendo participação na carga e descarga de granéis sólidos. Foi construído há 39 anos e apresenta danos estruturais originados pela sua utilização. Ao longo desses anos de funcionamento a estrutura sofreu desgaste, tornando-a vulnerável a ocorrência de corrosão. Atualmente, segundo resultados dos testes realizados, as peças de concreto armado apresentam 90% de probabilidade de ocorrência de corrosão.

As camisas metálicas apresentam redução da espessura com taxa de 0,06mm/ano a 0,17mm/ano. A camisa não possui função estrutural, porém, tem a função de proteger o concreto e como possui áreas com estágio avançado de corrosão, o concreto está em constante exposição.

Nos capitéis existem focos de corrosão da armadura, exposição de agregado graúdo e concreto disgregado. Nas vigas transversais focos de corrosão com concreto disgregado e armadura exposta e oxidada, semelhante ocorre na viga longitudinal principal. As lajes em arco apresentam fissuras no sentido longitudinal e concreto disgregado com armadura exposta e oxidada. Já as Vigas de fechamento do tabuleiro contêm manchas de eflorescência e manchas de oxidação na face inferior.

O berço 106 tem estrutura com idade aproximada de 16 anos, contudo é o que apresenta maiores danos estrutural, apresentando grande área com concreto disgregado e armadura exposta e oxidada. Atua na carga/descarga de granel líquido.

As camisas metálicas possuem focos de corrosão em estágio avançado em extensões significativas, apresentando perfurações que deixam o concreto exposto a intempéries. São verificadas impregnações predominantemente duras e manchas em grande área da estrutura.

Na ponte de acesso são verificadas áreas com concreto disgregado com armadura exposta e oxidadas, assim como fissuras. Os aparelhos de apoio fretado encontram-se preservados, porém com sinais de deformação excessiva e/ou danos superficiais. Na plataforma de operação também são visíveis os danos à estrutura do berço, sendo verificados vários pontos com presença de concreto disgregado com armadura exposta e oxidada. Manchas de umidade com impregnações são vistas na face lateral e inferior.

A aplicação do projeto de recuperação estrutural dos berços recolocará a estruturas dos berços 101, 102, 103 e 106 em suas condições originais, proporcionando maior vida útil segundo as suas características de utilização. Portanto, devido à importância econômica dos berços 101, 102, 103 e 106 para o Porto do Itaqui e para o estado do Maranhão, torna-se necessária à implantação deste projeto.

4. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO e VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo previsto para a execução deste objeto de contrato será de 3 (três) anos, conforme cronograma físico-financeiro, contados da data de recebimento da ordem de serviço (O. S.) emitida pela Contratante autorizando o início das atividades. E o prazo de vigência do contrato será de 39 (trinta e nove) meses, contados da data de assinatura do contrato

5. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados na Área primária do Porto do Itaqui em São Luís – Maranhão.

A região está localizada dentro de um padrão climático característico das regiões equatoriais tropicais, no qual predomina largamente as chuvas relativamente bem distribuídas durante todo ano, apresentando, no entanto, um volume maior entre os meses de novembro a junho e tendo um período de relativa estiagem entre junho a setembro. Os índices de pluviosidade média em São Luis variam de acordo com tabela abaixo:

MÊS	PRECIPITAÇÃO TOTAL (mm)	DIAS COM CHUVA
Janeiro	156,3	14
Fevereiro	269,3	20
Março	415,5	23
Abril	416,2	23
Maio	317,7	24
Junho	154,8	23
Julho	110,6	17
Agosto	36,2	12
Setembro	7,1	6
Outubro	3,6	2
Novembro	19,6	3
Dezembro	45,9	6
Fonte: DHN – ROTEIRO COSTA NORTE		

A temperatura varia ao longo do ano entre 23ºC e 31ºC, situando-se normalmente em torno de 27ºC. Foram, no entanto, registradas temperaturas máximas e mínimas de 40ºC e 15ºC respectivamente. A unidade relativa do ar é uniformemente alta durante todo o ano, com uma média mensal variando entre 75% e 85%.

Os Ventos na área do Porto do Itaqui são predominantes os ventos NORDESTE (frequência de 25%), com as velocidades e as respectivas frequências conforme indicadas abaixo:

BEAUFORT	VELOCIDADE	FREQUÊNCIA
2	2 a 6 nós	39%
3	7 a 10 nós	31%
4	11 a 18 nós	15%
5	17 a 21 nós	1%

A maré na Baía de São Marcos tem características semidiurnas com a seguinte variação do nível d'água:

- ✓ ***N-MÁXIMO (previsto): + 7,10 m***
- ✓ ***MHWS (média das preamares de sizígia): + 6,27 m***
- ✓ ***MHWN (média das preamares de quadratura): + 5,02 m***
- ✓ ***MSL (nível médio): + 3,43 m***
- ✓ ***NR (nível de redução): + 0,00 m***
- ✓ ***N. MÍNIMO (previsto): - 0,30 m***
- ✓ ***Os referidos níveis são em relação ao Nível de Redução (NR) da D.H.N. - M.M.***

As correntes na Baía de São Marcos (região estuarina), sendo que a circulação de suas águas é definida pela variação de maré ocorrente no local. Os valores máximos de correntes hidrodinâmicas ocorrem aproximadamente 3 horas após a preamar nas vazantes e a baixa-mar das enchentes, enquanto os valores mínimos das correntes ocorrem próximo às estofas de maré. Outra característica estuarina é a presença de marés reversas. Durante as vazantes as correntes apresentam direção Norte e Nordeste e, após as estofas, invertem suas direções para Sul e Sudoeste.

Na bacia de evolução, as velocidades apresentam-se em média como mostrado abaixo:

- ✓ ***Enchente de sizígia 4,3 nós (7,95 km/h)***
- ✓ ***Vazante de sizígia 3,7 nós (6,85 km/h)***
- ✓ ***Enchente de quadratura 5,1 nós (9,45 km/h)***
- ✓ ***Vazante de quadratura 4,2 nós (7,80 km/h)***

No canal de acesso, as velocidades das correntes na enchente (a 5 metros de profundidade) são apresentadas abaixo:

- ✓ ***Sizígia 5,65 nós (10,45 km/h)***
- ✓ ***Quadratura 2,50 nós (4,65 km/h)***

As ondas na região são geradas por ventos locais, podendo alcançar alturas correspondentes a uma altura significativa, Hs, de 1,10 m. O período correspondente é de 6 segundos.

A densidade da água do mar varia de 1.010 g/l (baixa-mar no período seco) a 1.019 g/l (preamar no período chuvoso).

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	Ano 01	Ano 02	Ano 03
Serviços Iniciais	X	X	X
Berço 103 – Recuperação estrutural		X	X
Berço 103 – Pavimentação da Plataforma	X	X	X
Fixação dos trilhos (DE-B01-B24-0019)	X	X	X
Berço 103 – Drenagem	X	X	X
Berço 103 - Sinalização			X
Berço 106 – Recuperação Estrutural	X	X	
Berço 106 – Estaqueamento da Plataforma do Berço 106	X	X	
Berço 106 – Pavimentação da Plataforma	X	X	
Berço 106 - Sinalização		X	
Berço 101 – Fornecimento e Instalação de Proteção Catódica	X		
Berço 102 – Fornecimento e Instalação de Proteção Catódica		X	

7. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

7.1. ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DO TRABALHO

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

7.1.1. TRABALHO EM ALTURA

E.P.I´s

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado.

c) Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;

d) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

e) O sistema de proteção contra queda deverá ser constituída de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18.

f) Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura.

g) Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

USO DE ANDAIME – TIPO TUBO ROHR:

a) As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira.

b) Os andaimes devem possuir assoalho completo com chapa expandida, devido a variação da maré.

c) Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho.

d) Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra.

e) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP.

f) A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar trabalho em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço.

g) A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura.

h) Todos os empregados envolvidos na atividade sob o cais deverão utilizar além do cinto de segurança fixado em linha de vida, o colete salva-vidas classe 4.

i) Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.).

j) Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

7.1.2. CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI.

a) Receber treinamento de normas internas (PROAPI).

b) Receber treinamento de Direção Defensiva

c) Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos.

d) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

e) Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui.

f) Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veiculo.

g) Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.

h) Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com batedores.

i) Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.

j) Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.

k) Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;

l) Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva.

m) Não transportar carga dentro da cabine do veículo.

n) A embarcação utilizada na obra deverá estar com toda documentação regular junto à Marinha, assim como a tripulação da embarcação, devendo apresentar a documentação á EMAP para controle e arquivamento.

7.1.3.OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
b) Receber treinamento de normas de trânsito internas (PROAPI).
c) Receber treinamento de Direção Defensiva
d) Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis.
e) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
f) Cumprimento das Regras do Trânsito do Itaqui.
g) Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento.
h) Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
i) Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
j) Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré.
k) Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser conduzidos com batedores.
l) Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui
m) Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador.
n) Todos os equipamentos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
o) Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
p) Elaborar procedimento específico para operação dos equipamentos e treinar os operadores no mesmo;
q) Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos móveis e semimóveis, além de plano de manutenção preventiva.
r) A área das patolas deverá ter dimensões mínima de três vezes o maior comprimento da base do cilindro;
s) A área da movimentação da carga deverá estar isolada
t) Nenhum cilindro poderá apresentar vazamento.

7.1.4. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO À ENERGIA ELÉTRICA.

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade.

c) Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade.

d) Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

7.1.5. MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de quipamentos de guindar.

c) Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check list diariamente.

d) Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas.

e) Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo.

f) Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos.

g) Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.

h) Deverá ser elaborado plano de rigger para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de movimentação de carga.

7.1.6. TRABALHO EM AMBIENTE CONFINADO OU SEMI-CONFINADO (TUBULÕES, TANQUES, CAIXAS, GALERIAS, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

b) Avaliação ambiental antes e durante os serviços.

c) Os executatnes, vigia e responsável devem ser capacitados conforme NR-33, devendo ser apresentado o certificado que comprove a capacitação dos empregados envolvidos com atividades em espaço confinado.

d) Todos os empregados executantes de trabalhos em espaço confinado deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

e) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

f) Elaboração de procedimento específico para a atividade em espaço confinado e treinamentos dos executantes no respectivo procedimento.

g) Monitoramento constante da execução desses serviços por equipe de emergência.

7.1.7. EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas corretamente.

d) Dimensionar medidas de proteção de correias.

e) Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12.

f) Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço;

g) A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.

7.1.8. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A: LÍQUIDOS OU GASES INFLAMÁVEIS E/OU COMBUSTÍVEL (ÓLEO DÍESEL, GASOLINA, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) Proibição de uso de dispositivos que emitam chamas em área próxima a manuseio e armazenagem de produtos inflamáveis;

d) Estocagem em locais ventilados, isolados e sinalizados, conforme a NBR 17505-2:2006.

e) Devera existir letreiro com dizeres 'não fume' e 'inflamável' no local de abastecimento / armazenamento e manuseio de produtos inflamáveis.

f) Quando no abastecimento deverá ser executado o aterramento do caminhão e toda a área deverá ser isolada não permitindo o acesso de terceiros.

g) A FISPQ do produto deverá estar no local e os colaboradores devem ter conhecimento dos procedimentos contidos na mesma.

h) Manter relação atualizada de empregados que estão autorizados a realizar atividades com exposição a produtos químicos.

i) A atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos e veículos deverá ser procedimentada e os executantes dessa atividade devem ser treinados no respectivo procedimento.

7.1.9. MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES.

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado.

d) Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores.

e) Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação).

f) Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados.

g) Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados.

h) Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos.

i) Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção

7.1.10. TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
d) Uso de respirador semifacial para fumos metálicos.
e) Equipamentos com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas.
f) Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada.

7.1.11. RISCO DE ATAQUE DE ANIMAIS E INSETOS.

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
d) Uso de EPI's adequados (Ex.: Coturnos/perneiras para proteção das pernas, etc.).
e) Uso de repelentes pelos empregados.
f) Todos os empregados deverão estar com suas vacinas em dia.
g) Deverá disponibilizar meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência.
h) Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros.
i) Deverá ser realizado treinamento sobre animais peçonhentos para todos os colaboradores.

j) Os colaboradores que executarem atividades a céu aberto deverão receber protetor solar.

7.1.12. CONTATO COM AGENTES BIOLÓGICOS

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06 - uso de roupas/avental impermeável devido a aspersão de água do processo de lavagem dos banheiros quimicos.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

7.1.13. EXPOSIÇÃO A EQUIPAMENTOS / FLUÍDOS SOB PRESSÃO (COMPRESSORES, CILINDROS, PNEUS, SISTEMA HIDRÁULICO, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

d) Despressurizar o sistema antes da realização das atividades.

e) Não provocar aumento de temperatura e choques mecânicos aos recipientes.

f) Evitar exposição desnecessária às áreas de risco.

g) Acondicionar e transportar os recipientes adequadamente, mantendo-os na vertical e presos à gaiola de transporte, dimensionada para este fim.

h) *Apresentar comprovante de treinamento de todos os empregados envolvidos na atividade de corte e solda.

7.1.14. EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE.

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

d) Avaliação ambiental para a função.

e) Implantar Programa de Proteção Respiratória.

f) Implantar Programa de Conservação Auditiva.

g) Para realização de atividades com exposição à água, deverá ser considerada a necessidade do uso de roupas especiais, que o proteja os colaboradores contra umidade.

7.1.15. UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

d) Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada.

e) Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas.

f) Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra.

g) Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação.

h) Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento.

i) Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas.

7.1.16. TRABALHO PRÓXIMO A ÁGUA (PIER, CAIS, ETC.)

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

d) Uso de colete salva-vidas a partir de 2m da borda do cais para os que estiverem trabalhando na borda do cais e os que estiverem sob o cais deverão utilizar durante toda a jornada de trabalho o cinto de segurança paraquedista juntamente com o colete salva vidas, estando o cinto ancaorado na estrutura do andaime ou linha de vida independente, dimensionada para este fim.

e) Proteção contra quedas.

f) Uso de bota de segurança sem cadarço quando de exposição do risco de queda de homem ao mar.

7.1.17. A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC.

a) Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP.

b) O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s.

c) As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso.

d) Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26.

e) As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas acéu aberto.

f) Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2.

g) Todos os contêineres deverão ser aterrados.

h) Deverão ser disponibilizados banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.

7.1.18. HAVERÁ FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMAP

a) Cumprir as exigências da EMAP.

b) Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP.

c) Informar qualquer alteração ao longo do contrato.

7.1.19. TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ SUPERIOR A 60 DIAS

a) Apresentar PPRA ou PCMAT/PCA/PCMSO/PPRA/LTCAT/LAUDO ERGONÔMICO/PAE de acordo com as características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados.

b) Atender ao disposto na NR 05.

c) Apresentar dados estatísticos até o 2º dia útil de cada mês subsequente através de seu fiscal de Contrato EMAP.

d) A empresa deverá dimensionar seu SESMT conforme NR 04 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 do MTE e registrá-lo na SRTE.

e) A empresa com seus representantes da liderança e SESMT deverão participar dos treinamentos e reuniões de segurança que forem convocados.

7.1.20. HAVERÁ ATIVIDADES SOBRE EMBARCAÇÃO OU USO DE BARCAÇA

a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

b) Uso de coletes salva vidas enquanto estiverem embarcados;

c) Obedecer as NPCP e as NORMAMS (Capitania dos Portos e Marinha do Brasil)

d) Apresentar para a EMAP toda a documentação da embarcação e da tripulação de trabalhará no contrato.

7.1.21. HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE

a) TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).

b) As pessoas que forem acessar as instalações da EMAP deverão atender ao descrito na Portaria 130/2014, referente ao uso de calçado nas areas administrativas da EMAP e Portaria 129/2014, referente à utilização de EPI na área operacional.

c) Serão realizadas reuniões e alinhamentos prévios às tarefas com o setor de operações para anuência e autorização quanto a qual berço poder operar tendo em vista a possibilidade de interferência na operação e o risco inerentes a alguns processos de descarga.

7.2. ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE

7.2.1. ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZANDO O CAMINHÃO COMBOIO E/OU ABASTECIMENTO FRACIONADO

a) Apresentar licença ambiental do caminhão comboio;
b) Carteira do MOPP de todos os motoristas contratados pela empresa, com data de validade vigente;
c) Comprovar a presença de KIT AMBIENTAL no caminhão cOmboio;
d) Lista de treinamento para colaboradores referente ao combate a emergências ambientais;
e) Procedimento referente à sistemática do abastecimento;
f) Em caso de abastecimento deverá ser executado o isolamento do caminhão e da a área não permitindo o acesso de pessoas estranhas à atividade;
g) Deverá ser utilizado bandejas de contenção durante a atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos na área do porto;
h) O caminhão comboio deverá possuir as Fichas de Informação de Segurança do Produto Químico (FISPQ) de todos os produtos transportados;
i) O transporte e abastecimento fracionado só poderá ser realizado em conformidade ao que determina a Norma Técnica da ABNT, 15594-1/2008 e NBR 17505/06;
j) Apresentar plano de atendimento a emergência do caminhão comboio.

7.2.2. GERAÇÃO DE RESÍDUOS CLASSE I e/ou CLASSE II A-B

a) Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Liquidos - PGRSL;
b) Cópia da Autorização para o deposito de resíduos no Aterro da Sanitário - CLASSE II A e CLASSE II B;
c) Apresentar contrato com empresa prestadora de serviço para o tratamento dos resíduos perigosos;

d) Apresentar à Coordenadoria de Meio Ambiente os comprovantes de tratamento dos resíduos gerados na atividade;

7.2.3.HAVERÁ UTILIZAÇÃO DE MADEIRA NA OBRA / SERVIÇO

a) Apresentar licença ambiental dentro da validade do fornecedor;
b) Apresentar Documentos de Origem Florestal DOF / IBAMA;
c) Notas Fiscais de aquisição da madeira quando solicitado;

7.2.4.HAVERÁ LIMPEZA DE BETONEIRA

a) Licença ambiental da fabricante do concreto;
b) Procedimentos para a limpeza da betoneira;
c) Os restos de concreto e lavagem de betoneira deverão ser disponibilizado em local previamente determinados, a trangressão desta determinação constitui falta gravissima;
d) Licença do órgão ambiental e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) dos fornecedores de insumos, tais como, areia e pedra;

7.2.5.HAVERÁ ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS, TINTAS, SOLVENTES, ÓLEOS e GRAXAS

a) Apresentar invetário de todos os produtos químicos utilizados;
b) Todos os produtos químicos deverão possuir a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, no local de seu armazenamento e manuseio.
c) Todos os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos nas FISPQ´s;
d) O transporte de produtos perigosos só deve ocorrer quando acompanhado da respectiva Ficha de Emergência;
e) Quando aplicável, as embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos fracionados deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;
f) O transporte terrestre de produtos perigosos deve atender aos requisitos especificados em legislação pertinente;
g) Utilizar KIT DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL composto de pá, enxada, serragem de madeira, sacospláticos, bandeja de proteção para a realização da atividade;
h) Para transporte dos resíduos perigosos os motoristas contratados devem apresentar a carteira de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP);

7.2.6.HAVERÁ MANUTENÇÃO EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE)

a) Comunicar à COAMB qualquer ocorrência ambiental que aconteça durante as atividades;

b) Toda e qualquer ocorrência ambiental deverá ser imediatamente reparada pelo responsável;
c) A empresa deve garantir através de evidências que todos os colaboradores são treinados para qualquer emergencias ambientais;
d) Realizar monitoramento de fumaça preta através da escala de RINGELMANN de todos os veículos e máquinas que utilizam óleo diesel;
e) Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

7.2.7. HAVERÁ GERAÇÃO DE POEIRA, PARTICULADOS E FUMAÇA EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS

a) Realizar a umectação dos locais com emissão de particulado;
b) Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

7.2.8. A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC.

a) Para instalação de canteiro de obras, deverá ser seguido o procedimento de Fiscalização de Obras e Serviços na Poligonal do Porto do Itaqui e Terminais Delegados.

7.2.9. HAVERÁ LIMPEZA DE FOSSAS

a) A empresa deve apresentar todos os comprovantes de tratamento dos dejetos;
b) Licença ambiental da empresa que executará tal atividade;
c) Autorização de Funcionamento de Empresa;
d) Apresentar FISPQ de todos os produtos químicos que serão utilizados;

7.2.10. HAVERÁ PAVIMENTAÇÃO DE ÁREA

a) Cópia da Licença de Operação do fornecedor de concreto;
b) Não é permitido limpeza de caminhão betoneira dentro da poligonal do Porto do Itaqui;

7.2.11. HAVERÁ SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

a) Apresentar laudos de monitoramento da qualidade da água fornecida, os mesmos devem ser entregues mensalmente;
b) Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE ou publicação em Diário Oficial;
c) Para todo o fornecimento de água para consumo humano, deverá ser apresentado laudo de potabilidade.

7.2.12. HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE NA ÁREA AMBIENTAL

a) Contratação de profissional da área de meio ambiente para dar suporte à COAMB nas atividades de gestão ambiental da obra;
b) Apresentar LAIA das atividades desenvolvidas pela empresa.
c) Todo abastecimento de equipamento/embarcação no mar, deverá ser disponibilizada barreiras de contenção em volta do equipamento que estar sendo abastecido;
d) Toda atividade com risco de acidente ambiental com óleo no mar deverá ser feita com acompanhamento de uma empresa especializada em atendimento à emergência Ambiental;

7.3. EXAMES MÉDICOS A SEREM REALIZADOS

PROCEDIMENTOS	SETOR	ABRAGÊNCIA/RISCOS	PERIODICIDADE	CONTRATOS DE ATÉ 30 DIAS
QUESTIONÁRIO DE SAÚDE	ADM e OPE	TODOS	Admissional	TODOS
EXAME MÉDICO e ASO	ADM e OPE	TODOS	Admissional e Anual	TODOS
RX DE TORAX	ADM e OPE	TODOS	Admissional e Anual	_____
ESPIROMETRIA	OPE	Poeiras, gases, particulados	Admissional e Anual	
AUDIOMETRIA	ADM e OPE	Ruído,tintas,solventes,vibração	Admissional no 6° mês após o Admissional e anual	_____
ACUIDADE VISUAL	ADM e OPE	TODOS	Admissional e Anual	TODOS
ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	OPE e ADM	Todos do ADM e OPE entre 40 e 50. Oper. de veíc. Autom(carros e motos) trab. Em altura e espaço confinado, eletricidade, equip. móveis e painéis **(qualquer idade)**	Admissional e Anual	_____
TESTE ERGOMETRICO	ADM e OPE	Todos do ADM e OPE >50	Admissional e Anual	_____
PSA TOTAL	ADM e OPE	Trabalhadores homens acima de 50 anos	Admissional e Anual	_____
GAMA GT	OPE	Veic. Automotores(carros, motos) trab. em altura e espaço confinado,eletricidade,equip.moveis e painéis	Admissional e anual	_____

HEMOGRAMA COMPLETO	ADM e OPE	TODOS	Admissional e Anual	TODOS
GLICEMIA EM JEJUM	ADM e OPE	TODOS	Admissional e Anual	_____
TIPAGEM SANGUINEA	ADM e OPE	TODOS	Admissional	TODOS

As orientações acima devem ser seguidas conforme normas e Legislações, no início e durante o contrato conforme abaixo:

Portaria nº 3.214/78/TEM;

Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui;

Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

Lei 12305/2010;

CONAMA 379/2006;

CONAMA 237/1997;

CONAMA 450/2012;

RDC 72/09 alterada pela nº10/2012;

CONAMA 382/2006;

Lei 9966/00;

Lei 12.305/2010;

NR 18;

NR 10;

NBR 5419/2005.

8. VALOR ESTIMADO

A planilha Orçamentária Sintética e a sua respectiva Composição de Custo Unitária, encontra-se em anexo ao Edital. O preço global de contratação é de R$ 34.249.302,82 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e dois reais e oitenta e dois centavos). Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, EPI´s, EPC's alimentação, transporte, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico.

O preço proposto para execução do contrato, objeto desta licitação será fixo e irreajustável no prazo de 1(um) ano, contado da data da apresentação da proposta, expresso em reais (R$).

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras nas PROPOSTA DE PREÇOS.

9. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Todo contrato deve ser acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

a) 1 (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração, preferencialmente;

b) Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação das Obras, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Termo e em atestar a Nota fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos serviços não poderão ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A FISCALIZAÇÃO deverá registrar avaliação da CONTRATADA nos quesitos atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente, sempre ao fechamento de cada MEDIÇÃO. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a CONTRATADA, caso não atenda ao potencial exigido para este objeto.

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

10. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação do referido Projeto Básico e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

a) Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão-de-obra empregada para elaboração de todo o processo licitatório;
b) Risco de acidentes devido a danos estruturais nos berços 103 e 106;
c) Risco de paralisação futura na operação dos berços 103 e 106, causando prejuízos financeiros;
d) Carência de um sistema seguro e eficiente para recebimento de embarcações;
e) Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui;
f) Impacto negativo para a imagem do Governo do Estado;

A CSL ficará responsável pela aplicação ou não da garantia de execução com base na análise de risco apresentada pelo setor requisitante, bem como por critérios de valor e prazo de execução definido pela Administração.

11. REQUISITOS TÉCNICOS

A empresa, para poder participar da licitação, deverá atender os seguintes requisitos:

I – REFERENTE À CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DO LICITANTE

Comprovante de inscrição ou registro do licitante individual no Conselho Regional de Engenharia (CREA) competente da região a que estiver vinculada, e/ou em outras entidades profissionais competentes, quando for o caso.

Atestados de capacidade técnica em nome do licitante individual que comprovem ter a empresa executado obras/serviços idênticos ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância do objeto da licitação. **As parcelas de maior relevância do objeto da licitação são:**

I – Execução de Obra de Recuperação de Estruturas em Concreto Armado em Cais, Pier ou Pontes.

Atestado de Visita Técnica, comprovando que o licitante tem pleno conhecimento dos locais onde serão realizadas as obras e os serviços e que se inteirou de todas as condições previstas para a prestação dos serviços, ou **DECLARAÇÃO de declínio do direito de realizar a visita técnica**, e que possui pleno conhecimento dos locais onde serão realizadas as obras e os serviços, das suas condições e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições desses locais, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

a) **Atestados em nome dos profissionais da Equipe Técnica**: comprovação do licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, devidamente registrados no CREA (ou outro conselho de classe quando for o caso), detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados (ou em outro conselho de classe, quando for o caso), fazendo-se acompanhar da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional executado obras/serviços idênticos ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

As parcelas de maior relevância do objeto da licitação são:

I – Execução de Obra de Recuperação de Estruturas em Concreto Armado em Cais, Pier ou Pontes;

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Obs1: Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

Obs2: Não Será aceito atestado de projeto/fiscalização ou coordenação de Obra.

Obs3: Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL e de SUBCONTRATADA, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Serão necessários os documentos a seguir:

- Planilha orçamentária, em meio eletrônico, formato xls., inclusive com previsão de mobilização e desmobilização.
- Cronograma físico-financeiro de desembolso.
- Composição de custos unitários.
- Planilha de encargos.
- Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))\,(1 + DF)\,(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É uma taxa representativa de Seguros;

R = Corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;

I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS e ISS).

12.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica.

12.2 Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;

12.3 Gerenciar os serviços;

12.4 Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;

12.5 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no momento da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, em atenção ao artigo 55 da Lei nº 8.666/1993.

12.6 Cumprir fielmente o contrato, zelando, de forma meticulosa e constante, pela perfeita execução do serviço, obra ou fornecimento, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do artigo 66 da Lei nº 8.666/1993;

12.7 Eventuais falhas deverão ser corrigidas imediatamente após a verificação.

12.8 A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

12.9 Da decisão referida no parágrafo anterior cabe recurso, à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias.

12.10 É condição para início do contrato a indicação representante da CONTRATADA.

12.11 Indicar, por escrito, e manter, no local da obra ou do serviço, preposto para representá-la na execução do contrato, durante toda a vigência deste, nos moldes do artigo 68 da Lei nº 8.666/1993.

12.12 Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores, na forma do artigo 69 da Lei nº 8.666/1993.

12.13 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico, em consonância com o artigo 70 e 71 da Lei nº 8.666/1993.

12.14 A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior deste Projeto Básico, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos projetos entregues.

12.15 O CONTRATADO deverá apresentar as ART´s – Anotações de Responsabilidade Técnica de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, ao início do contrato e no ato da apresentação do boletim de medição.

12.16 A Contratada deverá executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

12.17 Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico, devidamente identificado mediante a utilização de crachás.

12.18 Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico.

12.19 Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.

12.20 As licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, correrão por conta e risco da Contratada.

12.21 A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial a que se refere o objeto deste Projeto Básico.

12.22 Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados.

12.23 Antes de iniciar os trabalhos, expor a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.

12.24 Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales-refeições, vales transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas, devendo saldá-los na época própria, uma vez que esses empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

12.25 Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda judicial trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato;

12.26 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da EMAP;

12.27 Não subcontratar a execução do contrato, exceto quando, expressa e especificamente, em cada caso, e mediante a indicação dos limites admitidos, a EMAP autorizar que a CONTRATADA subcontrate partes da execução da obra, serviço ou fornecimento, conforme o disposto no artigo 72 da Lei nº 8.666/1993;

12.28 Prestar à CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução do contrato, relatando toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do serviço, obra ou fornecimento;

12.29 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do gestor e/ou fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, apresentando documentação requerida e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.30 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, praticada pelos respectivos empregados nas instalações da CONTRATANTE;

12.31 Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da EMAP;

12.32 Responder pelos danos causados diretamente EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pela EMAP.

12.33 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela FISCALIZAÇÃO, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição.

12.34 Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE.

12.35 A CONTRATADA deverá procurar a GERÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE - GESMA, para tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.

12.36 Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP.

12.37 Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO ou esteja previsto neste Projeto Básico.

12.38 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

12.39 Comunicar à FISCALIZAÇÃO da EMAP, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestando os esclarecimentos julgados necessários, para deliberação por parte da EMAP.

12.40 Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.

12.41 Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços.

12.42 Atender às solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas.

12.43 Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

12.44 As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

12.45 O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

12.46 A Contratada é responsável por examinar previamente os projetos e, sempre que forem apresentadas propostas, a mesma garante que está de acordo com o projeto. Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os mesmos projetos e as determinações técnicas. Fornecer a Contratante o "Manual de Uso e Manutenção" do empreendimento e de todos os seus componentes, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos.

12.47 Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui.

12.48 Manter arquivo ordenado com toda a documentação relativa à execução do contrato, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à EMAP no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

12.49 Abster-se de contratar empregado pertencente aos quadros de pessoal da EMAP durante a vigência do Contrato;

12.50 Informar à EMAP qualquer alteração por que passar o respectivo ato constitutivo, apresentando, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do registro da modificação, cópia desta e do respectivo registro;

12.51 Abster-se de veicular publicidade acerca da presente contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração;

12.52 Observar os prazos estabelecidos neste Instrumento;

12.53 Respeitar as Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui, conforme previsto em anexo específico deste Instrumento;

12.54 Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui.

12.55 Realizar os testes preliminares, parciais e integrais, para avaliação do desempenho dos equipamentos/sistemas.

12.56 Entregar à CONTRATANTE o projeto as built através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD ou pen drive). Para a entrega do as built deverá ser solicitado uma prancha padrão com o carimbo padronizado junto a CONTRATANTE, assim como as codificações dos projetos.

13.OBRIGAÇÕES DA EMAP

13.1 Promover, por meio da FISCALIZAÇÃO designada neste Instrumento, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta última.

13.2 O gestor do contrato anotará as ocorrências em registro próprio, que deverá ser juntado ao contrato ao término de sua vigência.

13.3 Expedir, conforme o caso, a ordem de serviço ou de fornecimento.

13.4 O gestor do contrato deve comunicar as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno.

13.5 Notificar, por escrito, a CONTRATADA quanto à ocorrência de eventual imperfeição no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

13.6 Efetuar o pagamento devido à empresa prestadora do serviço, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Projeto Básico.

13.7 Permitir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências para a fiel execução do contrato;

13.8 Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada.

13.9 Promover o acompanhamento e FISCALIZAÇÃO dos serviços.

13.10 Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

13.11 Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos serviços;

13.12 Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da FISCALIZAÇÃO;

13.13 Verificar se estão sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta;

13.14 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

13.15 Rejeitar, no todo ou em parte, a obra, o fornecimento e/ou os serviços em desacordo com as exigências deste Contrato e do Termo de Referência;

13.16 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;

13.17 Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

13.18 Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

13.19 Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato;

13.20 Receber o objeto do contrato no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

13.21 Fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação;

13.22 Atestar, por meio de recibo ou de simples atesto no verso da nota fiscal/fatura, a fiel execução do contratado

13.23 Cumprir as regras e condições expostas deste Projeto Básico e no Edital de Licitação.

13.24 Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

13.25 Fornecer a Contratada cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma.

13.26 Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos.

13.27 Treinar todos os empregados da Contratada no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).

13.28 Fornecer os Procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui para que o serviço seja executado conforme suas orientações.

14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1 Executado o contrato, o seu objeto deve ser recebido:

14.2 Provisoriamente, pelo gestor do contrato em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

14.3 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente e até 90 dias da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório.

14.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos por Lei ou pelo contrato.

14.5 Salvo disposições em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.

14.6 Quaisquer modificações no decorrer do serviço em questão serão processadas através de Termo Aditivo pertinente, devidamente justificado pela FISCALIZAÇÃO e dentro dos previstos na lei.

14.7 O recebimento se faz:

14.8 Nesta primeira etapa, após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da Contratada, a FISCALIZAÇÃO fará a vistoria “in loco”, para registrar anomalias construtivas aparentes.

14.9 Após a vistoria, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Provisório, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.

14.10 Na segunda etapa, após a conclusão das correções, e complementações e nova solicitação oficial da Contratada, mediante nova vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO, será realizado o Recebimento Provisório.

14.11 O recebimento provisório transfere para a Administração a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza à ocupação do mesmo o recebimento definitivo visa à verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

14.12 O Recebimento Definitivo somente será efetuado pelo Contratante após a comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato e correções de eventuais problemas nas instalações elétricas, hidráulica, sanitária, pluvial e drenagem que não poderem ser detectadas durante a vistoria, para isso o prazo será de 90 dias, a contar da data de recebimento provisório.

14.13 O Terceiro Recebimento se faz mediante o termo circunstanciado.

14.14 Se o recebimento não ocorrer nos prazos estabelecidos, o contratado notificará a Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual se caracterizará o recebimento tácito, reputando-se como realizado satisfatoriamente o objeto do contrato.

14.15 Em caso de cumprir o item anterior cabe à autoridade superior apurar a responsabilidade pela irregularidade, sob pena de ser condenada solidariamente.

14.16 A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição deverá ser realizada por preço unitário conforme se encontra descrito em documento Critério de Medição, Anexo do Edital de Licitação.

16. VISITA TÉCNICA

16.1 O licitante poderá vistoriar o local onde serão realizados os serviços, objeto deste Projeto Básico para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.

16.2 Tendo em vista a faculdade da realização da visita técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Projeto Básico.

16.3 A visita técnica será previamente agendada pela licitante. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo telefone (98) 3216-6000, ramal 6088, das 09 às 16 horas e então enviada a solicitação formalmente para o e-mail copro@emap.ma.gov.br com o CNPJ da empresa, razão social e nome completo com CPF de todas as pessoas que forem realizar a visita.

16.4 A visita técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

16.5 A visita técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.

16.6 O licitante deverá apresentar Declaração, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local do objeto deste Projeto Básico, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

17. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

17.1 A CONTRATADA deverá apresentar no ato de sua contratação a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos como: plano de trabalho; cronograma físico-financeiro (com auxílio de programa ou planilha que demonstre os avanços e índices de produção), equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados, métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas e demais informações pertinentes e toda documentação pertinente e obrigatória relativa à Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente.

17.2 A metodologia apresentada pela Contratada deve observar o prazo para a conclusão do serviço.

17.3 Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo indispensável a vistoria dos locais dos serviços, executando todos os levantamentos

necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

17.4 Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a Contratada deverá atender as Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

17.5 Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

a) Às normas e especificações constantes deste Projeto Básico;
b) Às normas da ABNT;
c) Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Maranhão;
d) Instruções técnicas, catálogos de fabricantes, quando aprovados pela Fiscalização;
e) Às Normas Internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
f) Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
g) Às Normas de SMS da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP.

18. PAGAMENTO

A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos.

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente mediante o Boletim de Medição (modelo Contratante), devidamente atestado pela FISCALIZAÇÃO da Contratante e conforme critérios estipulados neste documento.

A nota fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da licitante Contratada.

O pagamento da medição estará condicionado à verificação Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, conforme Lei Estadual Nº 6.690 de 11 de julho de 1996.

O pagamento da medição final dos serviços estará condicionado além das observações anteriores, à análise e aprovação, da Fiscalização dos serviços realizados pela Contratada.

Em caso de atraso em relação a alguma etapa do Plano de Execução dos Serviços, à Contratada será aplicada multa conforme previsto em contrato, sendo para tanto considerado o prazo da etapa em questão e o tempo decorrido para a apresentação.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1 A CONTRATADA, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, desde que respeitem as cláusulas pactuadas.

19.2 Ao efetuar a subcontratação, a CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços subcontratados.

19.3 A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade da obra ou do serviço prestado.

19.4 As subcontratações deverão ser previamente autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo causa de rescisão contratual aquela que não for formalizada pela CONTRATADA.

19.5 A CONTRATRADA será responsável solidariamente por todas as pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira que for atribuída a SUBCONTRATADA em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) e demais obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão do Contrato entre a CONTRATADA e a EMAP, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

19.6 O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações por parte da SUBCONTRATADA e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

19.7 Todos os pormenores e prerrogativas integrantes deste Projeto Básico que englobam as orientações sobre direto e deveres da CONTRATRADA deverão também estender-se a SUBCONTRATADA. Dessa maneira, é obrigação da CONTRATRADA que oriente a SUBCONTRADA e faça cumprir as obrigações, procedimentos e regulamentos aqui estabelecidos, sob pena de rescisão e responsabilização solidária.

19.8 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente estará restrita aos serviços complementares, de apoio ou de suporte técnico à CONTRATADA, quando da realização dos serviços considerados parcelas de maior relevância do objeto, ficando claro que, a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços (parcelas de maior relevância do objeto), assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

19.9 Os serviços de maior relevância do objeto são:

I – Execução de Projeto de Recuperação de Estruturas em Concreto Armado com Patologias;

19.10 A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação, quando comprovados que estão em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais, nas normas e nas especificações.

19.11 De acordo com o disposto no § 2° do artigo 10° do Decreto nº 7.581/2011, a CONTRATADA, ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços ou obras deverá apresentar documentação da subcontratada que comprove perante a FISCALIZAÇÃO sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. As empresas subcontratadas também devem comprovar que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na CONTRATANTE.

19.12 A relação que se estabelece na assinatura do Contrato é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CONTRATANTE e a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto à subcontratada.

20.REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

I - Reajustamento

20.1 Os preços contratuais poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da CONTRATADA, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. O primeiro reajuste poderá ocorrer somente após o prazo de

01 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta indicada no Edital, mantendo-se para os reajustes subsequentes a mesma periodicidade anual, garantindo a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.

20.2 Os reajustes serão realizados com base no Índice Geral de preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

20.3 O reajuste será aplicado pelo índice setorial pertinente, com base no valor do índice do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.

20.4 O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = \left(\frac{I_i - I_o}{I_o}\right) \times V$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

20.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

20.6 Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.

II – Atualização Financeira

20.7 Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no artigo 1° F, da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pelo artigo 5° da Lei nº 11.960, de 26 de junho de 2009, após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

20.8 Em caso de atraso de pagamento, motivado pela CONTRATANTE, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), *pro rata temporis*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = \left[\left(\frac{1 + IPCA}{100}\right)^{\frac{n}{30}} - 1\right] \times VP$$

Em que:

AF = Atualização Financeira

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO IA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROJETO:

RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103, 106 E PROTEÇÃO CATÓDICA DOS GABIÕES DOS BERÇOS 101, 102

Nº EMAP: 2017.14-PO-GER-1001-0001-R01 jul/17 **REVISÃO:** 1

BDI 34,65%

MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS DE OBRAS

ITENS	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P.UNIT. COM BDI	P.TOTAL	%	FONTE / CÓDIGO
1.0	**SERVIÇOS INICIAIS**				**R$ 4.022.977,70**		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO: AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO	m²	6,00	R$ 324,84	**R$ 1.949,05**		SINAPI 74209/001
1.2	PLACA PARA SINALIZAÇÃO EM OBRA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	12,00	R$ 324,84	**R$ 3.898,11**		SINAPI 74209/001
1.3	HASTE COPERWELD 3/4" X 3,00M COM CONECTOR	UN	3,00	R$ 73,17	**R$ 219,50**		SINAPI 83484
1.4	CORDOALHA DE COBRE NU, INCLUSIVE ISOLADORES - 16,00 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	3,00	R$ 37,06	**R$ 111,16**		SINAPI 72927
1.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	40,00	R$ 5,09	**R$ 203,59**		SINAPI 91928
1.6	Tapume em telha de alumínio, esp=0,5mm, h=2,00m, exclusive pintura	m	352,00	R$ 526,43	**R$ 185.302,52**		ORSE 11552
1.7	ISOLAMENTO DE OBRA COM TELA PLASTICA COM MALHA DE 5MM E ESTRUTURA DE MADEIRA PONTALETEADA	m²	352,00	R$ 20,75	**R$ 7.303,84**		SINAPI 85424
1.8	TAXA DO CREA PARA A OBRA (ART)	UN	1,00	R$ 289,26	**R$ 289,25**		Próprio 2
1.9	LIGACAO DA REDE 50MM AO RAMAL PREDIAL 1/2"	UN	1,00	R$ 47,44	**R$ 47,43**		SINAPI 83878
1.10	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	50,00	R$ 8,43	**R$ 421,45**		SINAPI 89402
1.11	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	10,00	R$ 44,15	**R$ 441,51**		SINAPI 89714
1.12	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	R$ 31,44	**R$ 62,88**		SINAPI 89748
1.13	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	R$ 33,66	**R$ 100,98**		SINAPI 89796
1.14	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00	R$ 20,29	**R$ 20,29**		SINAPI 89746
1.15	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00	R$ 39,76	**R$ 39,76**		SINAPI 89797
1.16	SUPORTE APOIO CAIXA D AGUA BARROTES MADEIRA DE 1	UN	2,50	R$ 35,33	**R$ 88,33**		SINAPI 74144/002
1.17	CAIXA D´ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00	R$ 875,00	**R$ 874,99**		SINAPI 88503
1.18	E.T.E - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	UN	1,00	R$ 20.000,00	**R$ 20.000,00**		Próprio COTAÇÃO
1.19	EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E CONTÊINERES	UN	1,00	R$ 3.546.691,23	**R$ 3.546.691,23**		Próprio COMP. PROP. - 01
1.20	Serviços de Topografia (Topografo, Nivelador, dois auxiliarias, Nível óptico e Teodolito Eletronico)	H	2.640,00	R$ 96,56	**R$ 254.911,83**		Próprio COMP. PROP. - 02
2.0	**RECUPERAÇÃO DO BERÇO 103**				**R$ 17.002.695,16**		

2.1	**BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**						**R$ 10.063.457,50**		
2.1.1	Estruturas Temporárias de Construção do berço 103	CJ	1,00		R$ 2.080.371,87	**R$**	**2.080.371,86**	Próprio	COMP. PROP. - 04
2.1.2	CONCRETO DISGREGADO SUPERFICIAL	M²	571,00	R$	913,71	**R$**	**521.727,25**	Próprio	COMP0017
2.1.3	CONCRETO DISGREGADO PROFUNDO	M²	135,00		R$ 1.357,97	**R$**	**183.326,24**	Próprio	COMP0018
2.1.4	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO PROFUNDA	M²	123,00		R$ 1.357,97	**R$**	**167.030,57**	Próprio	COMP0020
2.1.5	MANCHA DE EFLORESCÊNCIA	M²	1.444,00	R$	913,71	**R$**	**1.319.394,30**	Próprio	COMP0022
2.1.6	MANCHA DE OXIDAÇÃO - ARMADURA OXIDADA	M²	1.221,00	R$	913,71	**R$**	**1.115.637,43**	Próprio	COMP0023
2.1.7	EXPOSIÇÃO DO AGREGADO GRAÚDO	M²	634,00	R$	607,38	**R$**	**385.078,42**	Próprio	COMP0024
2.1.8	CONCRETO LIXIVIADO	M²	244,00	R$	607,38	**R$**	**148.200,52**	Próprio	COMP0025
2.1.9	FISSURAS	M²	427,00		R$ 1.084,75	**R$**	**463.189,90**	Próprio	COMP0026
2.1.10	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS TIPO I	M²	205,00		R$ 2.214,00	**R$**	**453.869,19**	Próprio	COMP0027
2.1.11	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS TIPO II	M²	820,00		R$ 1.855,41	**R$**	**1.521.435,93**	Próprio	COMP0028
2.1.12	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO DO CONCRETO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS - RESINA EPÓXI DE BASE AQUOSA, DISPERSÃO EM SOLVENTE, DAS ÁREAS SEM INTERVENÇÃO	M²	33.536,00	R$	50,82	**R$**	**1.704.195,89**	Próprio	COMP0015
2.2	**BERÇO 103 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA**						**R$ 4.425.106,86**		
2.2.1	Demolição de concreto armado com compressor e martelete, inclusive encarregado e servente - padrão DNIT	M³	1.296,00	R$	508,71	**R$**	**659.285,17**	ORSE	9575
2.2.2	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 DO PAVIMENTO DEMOLIDO	M³	1.375,50	R$	20,97	**R$**	**28.837,36**	SINAPI	72897
2.2.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA DMT 15KM	M³XKM	20.632,52	R$	0,89	**R$**	**18.335,91**	SINAPI	72884
2.2.4	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	1.358,50	R$	784,15	**R$**	**1.065.264,70**	Próprio	COMP0016
2.2.5	TELA ELETROSOLDADA EM AÇO CA-60 - Q735	KG	185.029,66	R$	8,09	**R$**	**1.497.346,04**	Próprio	COMP0034
2.2.6	Fornecimento e aplicação de barra de transferência Ø25mm, conforme indicado no desenho DE-B01-B23-0010/0011.	M	5.471,00	R$	20,41	**R$**	**111.679,19**	ORSE	11325
2.2.7	JUNTA SERRADA ACABADA-JS	M	600,00	R$	28,92	**R$**	**17.353,69**	Próprio	COMP0077
2.2.8	JUNTA DE ENCONTRO OU EXPANSÃO - JE	M	2.604,00	R$	31,05	**R$**	**80.854,95**	Próprio	COMP0090
2.2.9	JUNTA DE RETRAÇÃO - JR	M	338,00	R$	28,92	**R$**	**9.775,91**	Próprio	COMP0091
2.2.10	TRATAMENTO SUPERFICIAL DA SUPERFÍCIE RESULTANTE DA DEMOLIÇÃO	M²	3.578,78	R$	133,57	**R$**	**478.027,66**	Próprio	COMP0012
2.2.11	ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS 347 HP E CACAMBA 6M3, DMT 50 A 200M	M³	7.222,08	R$	6,11	**R$**	**44.149,36**	SINAPI	74154/001
2.2.12	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	108.331,25	R$	0,89	**R$**	**96.272,89**	SINAPI	72884
2.2.13	Lona plastica de polietileno com espessura mínima de 0,015mm.	M³	6.565,53	R$	5,51	**R$**	**36.157,58**	SINAPI	68053
2.2.14	Fornecimento e aplicação de sub base com Brita Graduada Tratada com Cimento (BGTC).	M³	656,60	R$	130,48	**R$**	**85.670,44**	SINAPI	73710
2.2.15	Fornecimento e aplicação de sub leito em aterro compactado CBR≥12%, conforme indicado no desenho DE-B01-B23-0010.	UN	3.283,00	R$	59,73	**R$**	**196.096,01**	Próprio	COMP0038
2.3	**FIXAÇÃO DOS TRILHOS (DE-B01-B24-0019).**						**R$ 1.104.463,43**		
2.3.1	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	217,00	R$	784,15	**R$**	**170.160,05**	Próprio	COMP0016
2.3.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_12/2015	M²	513,00	R$	82,97	**R$**	**42.564,29**	SINAPI	92265
2.3.3	Aço CA-50.	KG	21.480,00	R$	7,97	**R$**	**171.223,09**	SINAPI	92779
2.3.4	Trilho TR-57 (DIN 536).	M	654,44		R$ 1.100,97	**R$**	**720.516,00**	Próprio	COMP0037
2.4	**BERÇO 103 - DRENAGEM**						**R$ 1.078.140,06**		
2.4.1	Caixa de Drenagem - TIPO 1 - CR-11 e CR-20 (Concreto armado fck≥40 MPa, com adição de 8% de sílica ativa, conforme desenhos DE-B01-B24-0020C e DE-B01-B24-0021B).	UN	10,00		R$ 19.091,27	**R$**	**190.912,69**	Próprio	COMP0035
2.4.2	Caixa de Drenagem - TIPO 2 - CR-1 e CR-10 (Concreto armado fck≥40 MPa, com adição de 8% de sílica ativa, conforme desenhos DE-B01-B24-0022C e	UN	10,00		R$ 27.381,33	**R$**	**273.813,33**	Próprio	COMP0036

	DE-B01-B24-0023B).								
2.4.3	Tampão de Ferro Fundido Ø800mm, modelo PAMREX 800, Ref. Saint Gobain, ou similar.	KG	40,00	R$	577,76	R$	**23.110,24**	Próprio	COMP0040
2.4.4	TUBO DE PVC RÍGIDO VINIFORT COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA DN 100, REF. TIGRE, OU SIMILAR, (VER DE-B01-B41-0002).	M	54,00	R$	131,92	R$	**7.123,49**	Próprio	COMP0045
2.4.5	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T1	UN	12,00		R$ 3.195,03	R$	**38.340,34**	Próprio	COMP0110
2.4.6	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T2	UN	2,00		R$ 2.341,44	R$	**4.682,88**	Próprio	COMP0111
2.4.7	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T3	UN	15,00		R$ 1.816,42	R$	**27.246,22**	Próprio	COMP0112
2.4.8	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T4	UN	11,00		R$ 2.884,34	R$	**31.727,71**	Próprio	COMP0113
2.4.9	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T5	UN	17,00		R$ 2.039,88	R$	**34.677,96**	Próprio	COMP0114
2.4.10	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T6	UN	81,00		R$ 2.102,20	R$	**170.277,89**	Próprio	COMP0115
2.4.11	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T7	UN	51,00		R$ 3.430,98	R$	**174.979,78**	Próprio	COMP0116
2.4.12	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T8	UN	9,00		R$ 4.653,42	R$	**41.880,80**	Próprio	COMP0117
2.4.13	TAMPA PRÉ-MOLDADA T1	UN	2,00	R$	673,69	R$	**1.347,38**	Próprio	COMP0118
2.4.14	TAMPA PRÉ-MOLDADA T2	UN	1,00	R$	555,16	R$	**555,16**	Próprio	COMP0119
2.4.15	TAMPA PRÉ-MOLDADA T3	UN	2,00	R$	475,00	R$	**950,00**	Próprio	COMP0120
2.4.16	TAMPA PRÉ-MOLDADA T4	UN	2,00	R$	626,19	R$	**1.252,37**	Próprio	COMP0121
2.4.17	TAMPA PRÉ-MOLDADA T5	UN	2,00	R$	505,99	R$	**1.011,97**	Próprio	COMP0122
2.4.18	TAMPA PRÉ-MOLDADA T6	UN	9,00	R$	519,18	R$	**4.672,65**	Próprio	COMP0123
2.4.19	TAMPA PRÉ-MOLDADA T7	UN	6,00	R$	711,23	R$	**4.267,40**	Próprio	COMP0124
2.4.20	TAMPA PRÉ-MOLDADA T8	UN	1,00	R$	886,32	R$	**886,32**	Próprio	COMP0125
2.4.21	Aço CA-50.	KG	1.609,00	R$	7,97	R$	**12.825,78**	SINAPI	92779
2.4.22	INSERTOS E ALÇAS DE IÇAMENTO	KG	2.604,50	R$	12,13	R$	**31.597,70**	Próprio	COMP0039
2.5	**BERÇO 103 - SINALIZAÇÃO**						**R$ 37.506,69**		
2.5.1	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO PARA PEDESTRE - AZUL	m²	270,00	R$	75,27	R$	**20.322,72**	SICRO2	4 S 06 110 03
2.5.2	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DOS BERÇOS - AMARELO	m²	155,00	R$	75,27	R$	**11.666,74**	SICRO2	4 S 06 110 03
2.5.3	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DA ÁREA DE CONFLITOS - AMARELO	m²	30,70	R$	75,27	R$	**2.310,76**	SICRO2	4 S 06 110 03
2.5.4	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - DIVISÃO DE FLUXO DE OPOSTOS CONTINUA - AMARELO	m²	42,60	R$	75,27	R$	**3.206,47**	SICRO2	4 S 06 110 03
2.6	**BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTAQUEAMENTO DO BERÇO 103**						**R$ 294.020,62**		
2.6.1	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO	M²	5.029,00	R$	1,62	R$	**8.125,85**	Próprio	COMP0001
2.6.2	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO SUPERFICIAL DE ESTACAS METÁLICAS DOS TRECHOS DE VARIAÇÃO DE MARÉ (ZVM)	M²	5.029,00	R$	56,85	R$	**285.894,77**	Próprio	COMP0013
3	**RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DOS BERÇOS - BERÇO 106**						**R$ 11.740.423,92**		
3.1	**BERÇO 106 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**						**R$ 9.675.893,32**		
3.1.1	Estruturas Temporárias de Construção do berço 106	CJ	1,00		R$ 4.011.793,82	R$	**4.011.793,82**	Próprio	COMP. PROP. - 05
3.1.2	CONCRETO DISGREGADO SUPERFICIAL	M²	322,00	R$	913,71	R$	**294.213,96**	Próprio	COMP0017
3.1.3	CONCRETO DISGREGADO PROFUNDO	M²	240,00		R$ 1.357,97	R$	**325.913,32**	Próprio	COMP0018
3.1.4	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO SUPERFICIAL	M²	272,00	R$	913,71	R$	**248.528,56**	Próprio	COMP0019
3.1.5	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO PROFUNDA	M²	312,00		R$ 1.357,97	R$	**423.687,32**	Próprio	COMP0020
3.1.6	CONCRETO SEGREGADO SUPERFICIAL	M²	15,00	R$	913,71	R$	**13.705,61**	Próprio	COMP0021
3.1.7	CONCRETO SEGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDADA PROFUNDO	M²	1,00		R$ 1.357,97	R$	**1.357,97**	Próprio	COMP0073
3.1.8	MANCHA DE EFLORESCÊNCIA	M²	483,00	R$	913,71	R$	**441.320,94**	Próprio	COMP0022
3.1.9	MANCHA DE OXIDAÇÃO - ARMADURA OXIDADA	M²	45,00	R$	913,71	R$	**41.116,85**	Próprio	COMP0023
3.1.10	EXPOSIÇÃO DO AGREGADO GRAÚDO	M²	84,00	R$	607,38	R$	**51.019,85**	Próprio	COMP0024
3.1.11	CONCRETO LIXIVIADO	M²	52,00	R$	607,38	R$	**31.583,71**	Próprio	COMP0025
3.1.12	FISSURAS	M²	307,00		R$ 1.084,75	R$	**333.019,43**	Próprio	COMP0026
3.1.13	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS PROTENDIDAS	M²	1.640,00		R$ 1.006,23	R$	**1.650.210,61**	Próprio	COMP0008

3.1.14	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO DO CONCRETO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS - RESINA EPÓXI DE BASE AQUOSA, DISPERSÃO EM SOLVENTE, DAS ÁREAS SEM INTERVENÇÃO	M²	35.587,00	R$	50,82	R$	**1.808.421,37**	Próprio	COMP0015
3.2	**BERÇO 106 - ESTAQUEAMENTO DA PLATAFORMA DO BERÇO 106**						**R$ 299.340,94**		
3.2.1	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO	M²	5.120,00	R$	1,62	R$	**8.272,89**	Próprio	COMP0001
3.2.2	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO SUPERFICIAL DE ESTACAS METÁLICAS DOS TRECHOS DE VARIAÇÃO DE MARÉ (ZVM)	M²	5.120,00	R$	56,85	R$	**291.068,05**	Próprio	COMP0013
3.3	**BERÇO 106 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA**						**R$ 1.727.682,97**		
3.3.1	Demolição de concreto armado com compressor e martelete, inclusive encarregado e servente - padrão DNIT	M³	614,17	R$	508,71	R$	**312.433,00**	ORSE	9575
3.3.2	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 DO PAVIMENTO DEMOLIDO	m³	829,13	R$	20,97	R$	**17.382,71**	SINAPI	72897
3.3.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA DMT 15KM	M3XKM	12.436,94	R$	0,89	R$	**11.052,58**	SINAPI	72884
3.3.4	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	77,35	R$	784,15	R$	**60.653,82**	Próprio	COMP0016
3.3.5	TELA ELETROSOLDADA EM AÇO CA-60 - Q335	KG	23.371,74	R$	8,09	R$	**189.134,98**	Próprio	COMP0034
3.3.6	CONECTOR	UN	17.988,00	R$	25,00	R$	**449.781,03**	Próprio	COMP0074
3.3.7	TRATAMENTO SUPERFICIAL DA SUPERFÍCIE RESULTANTE DA DEMOLIÇÃO	M²	4.352,28	R$	133,57	R$	**581.346,22**	Próprio	COMP0012
3.3.8	JUNTA SERRADA ACABADA-JS	M	848,84	R$	28,92	R$	**24.550,84**	Próprio	COMP0077
3.3.9	GRADE - TIPO 1	KG	1,00		R$ 12.430,21	R$	**12.430,21**	Próprio	COMP0075
3.3.10	GRADE - TIPO 2	KG	1,00		R$ 11.590,32	R$	**11.590,32**	Próprio	COMP0076
3.3.11	RECONSTRUÇÃO DE MURETA E CONFORME DEB01B030009	UN	5,00	R$	407,36	R$	**2.036,78**	Próprio	COMP0082
3.3.12	PRÉ-MOLDADO TIPO 1	UN	78,00	R$	675,39	R$	**52.680,49**	Próprio	COMP0079
3.3.13	PRÉ-MOLDADO TIPO 2	UN	4,00	R$	348,29	R$	**1.393,14**	Próprio	COMP0080
3.3.14	PRÉ-MOLDADO TIPO 3	UN	2,00	R$	608,43	R$	**1.216,85**	Próprio	COMP0081
3.4	**BERÇO 106 - SINALIZAÇÃO**						**R$ 37.506,69**		
3.4.1	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO PARA PEDESTRE - AZUL	m²	270,00	R$	75,27	R$	**20.322,72**	SICRO2	4 S 06 110 03
3.4.2	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DOS BERÇOS - AMARELO	m²	155,00	R$	75,27	R$	**11.666,74**	SICRO2	4 S 06 110 03
3.4.3	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DA ÁREA DE CONFLITOS - AMARELO	m²	30,70	R$	75,27	R$	**2.310,76**	SICRO2	4 S 06 110 03
3.4.4	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - DIVISÃO DE FLUXO DE OPOSTOS CONTINUA - AMARELO	m²	42,60	R$	75,27	R$	**3.206,47**	SICRO2	4 S 06 110 03
4	**BERÇO 101 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA**						**R$ 928.632,00**		
4.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	CJ	1,00		R$ 928.632,00	R$	**928.632,00**	Próprio	COT. 101
5	**BERÇO 102 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA**						**R$ 554.574,04**		
5.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	CJ	1,00		R$ 554.574,04	R$	**554.574,04**	Próprio	COT. 103
	TOTAL GERAL=						**R$ 34.249.302,82**		

Compreende o presente orçamento no valor global de R$ 34.249.302,82 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e dois reais e oitenta e dois centavos).

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO IB

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI

PROJETO:

RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103, 106 E PROTEÇÃO CATÓDICA DOS GABIÕES DOS BERÇOS 101, 102

Nº EMAP: 2017.14-PO-GER-1001-0001-R01 **DATA:** jul/17 **REVISÃO:** 1

PLANILHA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI - SERVIÇOS

ITENS	DESCRIÇÃO	%
1.0	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	**5,52%**
2.0	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**1,20%**
3.0	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	**3,54%**
3.1	Seguro de Risco de Engenharia	1,22%
3.2	Garantia	0,00%
3.3	Riscos	2,32%
4.0	**LUCRO BRUTO**	**8,40%**
5.0	**TRIBUTOS**	**11,15%**
5.1	ISS (Observar Percentual da Localidade)	3,00%
5.2	PIS	0,65%
5.3	COFINS	3,00%
5.4	CPRB	4,50%
BDI=	**(((1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L))/((1-I))-1)*100**	**34,65%**

NOTAS:

1 - Alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1° e art. 8° da Lei Complementar n° 116/2001;

2 - A alíquota do ISS aplicada no município de São Luís é de 5%, porém, o acórdão do TCU n° 2369/2011 considera a aplicação da taxa apenas sobre metade do preço da venda do serviço, tendo em vista que parte da planilha orçamentária é composta por material. Desta forma, no BDI foi aplicado o

3 - Alíquota máxima de PIS é de até 1,65% conforme Lei n°10.637/02 em consonância ao Regime de Tributação da Empresa;

4 - Alíquota máxima de COFINS é de 3% conforme Lei n° 10.833/03;

5 - Os percentuais dos itens que compõem analiticamente o BDI são os limites referenciais máximos admitidos pela Administração, consoante o art. 40, inciso X da Lei n° 8.666/93;

6 - Antes da aplicação do BDI (Teto - Empresa de Lucro Real) os insumos constantes do art. 3° da Lei n° 10.637/02 deverão sofrer redução de 1,65%, após 31/12/2008, reduzir também do insumo o percentual de 7,6% da COFINS conforme art. 3° da Lei n° 10.833/03 combinado com inciso XX do art. 10 da mesma Lei.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO IC

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

PROJETO:
RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103, 106 E PROTEÇÃO CATÓDICA DOS GABIÕES DOS BERÇOS 101, 102

Nº EMAP: 2017.14-PO-GER-1001-0001-R01 DATA: jul/17 REVISÃO: 1

PLANILHAS DE ENCARGOS SOCIAIS

SINAPI - Composição de Encargos Sociais

MARANHÃO VIGÊNCIA A PARTIR DE 03/2016

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
		COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,91%	Não incide	17,91%	Não incide
B2	Feriados	3,96%	Não incide	3,96%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,69%	0,91%	0,69%
B4	13º Salário	10,90%	8,33%	10,90%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,08%	0,06%	0,08%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,63%	Não incide	1,63%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
B9	Férias Gozadas	9,74%	7,45%	9,74%	7,45%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	46,01%	17,20%	46,01%	17,20%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,37%	4,87%	6,37%	4,87%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,15%	0,11%	0,15%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	4,29%	3,28%	4,29%	3,28%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,19%	3,97%	5,19%	3,97%
C5	Indenização Adicional	0,54%	0,41%	0,54%	0,41%
C	Total	16,54%	12,64%	16,54%	12,64%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,73%	2,89%	16,93%	6,33%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,53%	0,41%	0,56%	0,43%
D	Total	8,26%	3,30%	17,49%	6,76%
TOTAL(A+B+C+D)		87,61%	49,94%	116,84%	73,40%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO ID

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROJETO:
RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103, 106 E PROTEÇÃO CATÓDICA DOS GABIÕES DOS BERÇOS 101, 102
Nº EMAP: 2017.14-CR-GER-1001-0001-R01 DATA: JUL/17 REVISÃO: 1

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	R$	ANO 01	ANO 02	ANO 03
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	4.022.977,70 11,75%	1.574.634,77 39,14%	2.098.579,65 52,16%	349.763,28 8,69%
2.1	BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	10.063.457,50 29,38%		6.038.074,50 60,00%	4.025.383,00 40,00%
2.2	BERÇO 103 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA	4.425.106,86 12,92%	1.770.042,74 40,00%	2.212.553,43 50,00%	442.510,69 10,00%
2.3	FIXAÇÃO DOS TRILHOS (DE-B01-B24-0019).	1.104.463,43 3,22%	441.785,37 40,00%	552.231,72 50,00%	110.446,34 10,00%
2.4	BERÇO 103 - DRENAGEM	1.078.140,06 3,15%	431.256,02 40,00%	539.070,03 50,00%	107.814,01 10,00%
2.5	BERÇO 103 - SINALIZAÇÃO	37.506,69 0,11%			37.506,69 100,00%
2.6	BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTAQUEAMENTO DO BERÇO 103	294.020,62 0,86%	117.608,25 40,00%	176.412,37 60,00%	
3.1	BERÇO 106 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	9.675.893,32 28,25%	3.870.357,33 40,00%	5.805.535,99 60,00%	
3.2	BERÇO 106 - ESTAQUEAMENTO DA PLATAFORMA DO BERÇO 106	299.340,94 0,87%	119.736,38 40,00%	179.604,56 60,00%	
3.3	BERÇO 106 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA	1.727.682,97 5,04%	691.073,19 40,00%	1.036.609,78 60,00%	
3.4	BERÇO 106 - SINALIZAÇÃO	37.506,69 0,11%		37.506,69 100,00%	
4	BERÇO 101 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	928.632,00 2,71%	928.632,00 100,00%		
5	BERÇO 102 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	554.574,04 1,62%	554.574,04 100,00%		
TOTAL DA OBRA/DESEMBOLSO MENSAL		R$ 34.249.302,82 100%	R$ 10.499.700,09 31%	R$ 18.676.178,73 55%	R$ 5.073.424,00 15%
DESEMBOLSO ACUMULADO % ACUMULADO			R$ 10.499.700,09 31%	R$ 29.175.878,82 85%	R$ 34.249.302,82 100%

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO II

CADERNOS DE ENCARGOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS, NOTA TÉCNICA, CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, RELATÓRIOS TÉCNICOS, MEMORAIS DESCRITIVOS E PLANTAS

(DISPONÍVEL NO SITE WWW.EMAP.MA.GOV.BR, NOS LINKS: TRANSPARÊNCIA / LICITAÇÕES)

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa a licitação **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços, que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**. Declaramos, também, que conhecemos na íntegra o edital e seus anexos e que nos submetemos a todos os seus termos.

Em vista atender ao disposto na alínea "g" do subitem 7.1. do Edital, declaramos para os fins de direito que nos comprometemos a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-nos pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS:

MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS DE OBRAS

ITENS	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P.UNIT. COM BDI	P.TOTAL	%	FONTE / CÓDIGO
1.0	**SERVIÇOS INICIAIS**						
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO: AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO	m²	6,00				
1.2	PLACA PARA SINALIZAÇÃO EM OBRA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	12,00				
1.3	HASTE COPERWELD 3/4" X 3,00M COM CONECTOR	UN	3,00				
1.4	CORDOALHA DE COBRE NU, INCLUSIVE ISOLADORES - 16,00 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	3,00				
1.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	40,00				
1.6	Tapume em telha de alumínio, esp=0,5mm, h=2,00m, exclusive pintura	m	352,00				
1.7	ISOLAMENTO DE OBRA COM TELA PLASTICA COM MALHA DE 5MM E ESTRUTURA DE MADEIRA PONTALETEADA	m²	352,00				
1.8	TAXA DO CREA PARA A OBRA (ART)	UN	1,00				
1.9	LIGACAO DA REDE 50MM AO	UN	1,00				

	RAMAL PREDIAL 1/2"		
1.10	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	50,00
1.11	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	10,00
1.12	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
1.13	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00
1.14	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00
1.15	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00
1.16	SUPORTE APOIO CAIXA D AGUA BARROTES MADEIRA DE 1	UN	2,50
1.17	CAIXA D´ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00
1.18	E.T.E - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	UN	1,00
1.19	EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E CONTÊINERES	UN	1,00
1.20	Serviços de Topografia (Topografo, Nivelador, dois auxiliarias, Nível óptico e Teodolito Eletronico)	H	2.640,00
2.0	**RECUPERAÇÃO DO BERÇO 103**		
2.1	**BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**		
2.1.1	Estruturas Temporárias de Construção do berço 103	CJ	1,00
2.1.2	CONCRETO DISGREGADO SUPERFICIAL	M²	571,00
2.1.3	CONCRETO DISGREGADO PROFUNDO	M²	135,00
2.1.4	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO PROFUNDA	M²	123,00
2.1.5	MANCHA DE EFLORESCÊNCIA	M²	1.444,00
2.1.6	MANCHA DE OXIDAÇÃO - ARMADURA OXIDADA	M²	1.221,00
2.1.7	EXPOSIÇÃO DO AGREGADO GRAÚDO	M²	634,00
2.1.8	CONCRETO LIXIVIADO	M²	244,00
2.1.9	FISSURAS	M²	427,00
2.1.10	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS TIPO I	M²	205,00
2.1.11	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS TIPO II	M²	820,00
2.1.12	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO DO CONCRETO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS - RESINA EPÓXI DE BASE AQUOSA, DISPERSÃO EM SOLVENTE, DAS ÁREAS SEM INTERVENÇÃO	M²	33.536,00

2.2	**BERÇO 103 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA**		
2.2.1	Demolição de concreto armado com compressor e martelete, inclusive encarregado e servente - padrão DNIT	M³	1.296,00
2.2.2	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 DO PAVIMENTO DEMOLIDO	M³	1.375,50
2.2.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA DMT 15KM	M³XKM	20.632,52
2.2.4	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	1.358,50
2.2.5	TELA ELETROSOLDADA EM AÇO CA-60 - Q735	KG	185.029,66
2.2.6	Fornecimento e aplicação de barra de transferência Ø25mm, conforme indicado no desenho DE-B01-B23-0010/0011.	M	5.471,00
2.2.7	JUNTA SERRADA ACABADA-JS	M	600,00
2.2.8	JUNTA DE ENCONTRO OU EXPANSÃO - JE	M	2.604,00
2.2.9	JUNTA DE RETRAÇÃO - JR	M	338,00
2.2.10	TRATAMENTO SUPERFICIAL DA SUPERFÍCIE RESULTANTE DA DEMOLIÇÃO	M²	3.578,78
2.2.11	ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS 347 HP E CACAMBA 6M3, DMT 50 A 200M	M³	7.222,08
2.2.12	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	108.331,25
2.2.13	Lona plastica de polietileno com espessura mínima de 0,015mm.	M³	6.565,53
2.2.14	Fornecimento e aplicação de sub base com Brita Graduada Tratada com Cimento (BGTC).	M³	656,60
2.2.15	Fornecimento e aplicação de sub leito em aterro compactado CBR≥12%, conforme indicado no desenho DE-B01-B23-0010.	UN	3.283,00
2.3	**FIXAÇÃO DOS TRILHOS (DE-B01-B24-0019).**		
2.3.1	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	217,00
2.3.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_12/2015	M²	513,00
2.3.3	Aço CA-50.	KG	21.480,00
2.3.4	Trilho TR-57 (DIN 536).	M	654,44
2.4	**BERÇO 103 - DRENAGEM**		
2.4.1	Caixa de Drenagem - TIPO 1 - CR-11 e CR-20 (Concreto armado fck≥40 MPa, com adição de 8% de sílica ativa, conforme desenhos DE-B01-B24-0020C e DE-B01-B24-0021B).	UN	10,00
2.4.2	Caixa de Drenagem - TIPO 2 - CR-1 e CR-10 (Concreto armado fck≥40 MPa, com adição de 8% de sílica ativa, conforme desenhos DE-B01-B24-0022C e DE-B01-B24-0023B).	UN	10,00
2.4.3	Tampão de Ferro Fundido Ø800mm, modelo PAMREX 800, Ref. Saint Gobain, ou similar.	KG	40,00
2.4.4	TUBO DE PVC RÍGIDO VINIFORT COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA DN 100, REF. TIGRE, OU SIMILAR,	M	54,00

(VER DE-B01-B41-0002).

2.4.5	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T1	UN	12,00
2.4.6	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T2	UN	2,00
2.4.7	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T3	UN	15,00
2.4.8	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T4	UN	11,00
2.4.9	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T5	UN	17,00
2.4.10	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T6	UN	81,00
2.4.11	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T7	UN	51,00
2.4.12	RECUPERAÇÃO DA TAMPA T8	UN	9,00
2.4.13	TAMPA PRÉ-MOLDADA T1	UN	2,00
2.4.14	TAMPA PRÉ-MOLDADA T2	UN	1,00
2.4.15	TAMPA PRÉ-MOLDADA T3	UN	2,00
2.4.16	TAMPA PRÉ-MOLDADA T4	UN	2,00
2.4.17	TAMPA PRÉ-MOLDADA T5	UN	2,00
2.4.18	TAMPA PRÉ-MOLDADA T6	UN	9,00
2.4.19	TAMPA PRÉ-MOLDADA T7	UN	6,00
2.4.20	TAMPA PRÉ-MOLDADA T8	UN	1,00
2.4.21	Aço CA-50.	KG	1.609,00
2.4.22	INSERTOS E ALÇAS DE IÇAMENTO	KG	2.604,50
2.5	**BERÇO 103 - SINALIZAÇÃO**		
2.5.1	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) -MARCAÇÃO NO PISO PARA PEDESTRE - AZUL	m²	270,00
2.5.2	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DOS BERÇOS - AMARELO	m²	155,00
2.5.3	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DA ÁREA DE CONFLITOS - AMARELO	m²	30,70
2.5.4	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - DIVISÃO DE FLUXO DE OPOSTOS CONTINUA - AMARELO	m²	42,60
2.6	**BERÇO 103 - RECUPERAÇÃO ESTAQUEAMENTO DO BERÇO 103**		
2.6.1	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO	M²	5.029,00
2.6.2	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO SUPERFICIAL DE ESTACAS METÁLICAS DOS TRECHOS DE VARIAÇÃO DE MARÉ (ZVM)	M²	5.029,00
3	**RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DOS BERÇOS - BERÇO 106**		
3.1	**BERÇO 106 - RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**		
3.1.1	Estruturas Temporárias de Construção do berço 106	CJ	1,00
3.1.2	CONCRETO DISGREGADO SUPERFICIAL	M²	322,00
3.1.3	CONCRETO DISGREGADO PROFUNDO	M²	240,00
3.1.4	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO SUPERFICIAL	M²	272,00
3.1.5	CONCRETO DISGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDAÇÃO PROFUNDA	M²	312,00
3.1.6	CONCRETO SEGREGADO SUPERFICIAL	M²	15,00
3.1.7	CONCRETO SEGREGADO COM ARMADURA EXPOSTA E OXIDADA PROFUNDO	M²	1,00
3.1.8	MANCHA DE EFLORESCÊNCIA	M²	483,00
3.1.9	MANCHA DE OXIDAÇÃO - ARMADURA OXIDADA	M²	45,00
3.1.10	EXPOSIÇÃO DO AGREGADO GRAÚDO	M²	84,00
3.1.11	CONCRETO LIXIVIADO	M²	52,00
3.1.12	FISSURAS	M²	307,00
3.1.13	RECUPERAÇÃO DAS VIGAS PROTENDIDAS	M²	1.640,00
3.1.14	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO DO CONCRETO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS - RESINA	M²	35.587,00

	EPÓXI DE BASE AQUOSA, DISPERSÃO EM SOLVENTE, DAS ÁREAS SEM INTERVENÇÃO		
3.2	**BERÇO 106 - ESTAQUEAMENTO DA PLATAFORMA DO BERÇO 106**		
3.2.1	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO	M²	5.120,00
3.2.2	SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E PROTEÇÃO SUPERFICIAL DE ESTACAS METÁLICAS DOS TRECHOS DE VARIAÇÃO DE MARÉ (ZVM)	M²	5.120,00
3.3	**BERÇO 106 - PAVIMENTAÇÃO DA PLATAFORMA**		
3.3.1	Demolição de concreto armado com compressor e martelete, inclusive encarregado e servente - padrão DNIT	M³	614,17
3.3.2	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 DO PAVIMENTO DEMOLIDO	m³	829,13
3.3.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA DMT 15KM	M3XKM	12.436,94
3.3.4	CONCRETO ARMADO FCK≥40 MPA, COM ADIÇÃO DE 8% DE SÍLICA ATIVA, CONFORME DESENHO DE-B01-B23-0001.	M³	77,35
3.3.5	TELA ELETROSOLDADA EM AÇO CA-60 - Q735	KG	23.371,74
3.3.6	CONECTOR	UN	17.988,00
3.3.7	TRATAMENTO SUPERFICIAL DA SUPERFÍCIE RESULTANTE DA DEMOLIÇÃO	M²	4.352,28
3.3.8	JUNTA SERRADA ACABADA-JS	M	848,84
3.3.9	GRADE - TIPO 1	KG	1,00
3.3.10	GRADE - TIPO 2	KG	1,00
3.3.11	RECONSTRUÇÃO DE MURETA E CONFORME DEB01B030009	UN	5,00
3.3.12	PRÉ-MOLDADO TIPO 1	UN	78,00
3.3.13	PRÉ-MOLDADO TIPO 2	UN	4,00
3.3.14	PRÉ-MOLDADO TIPO 3	UN	2,00
3.4	**BERÇO 106 - SINALIZAÇÃO**		
3.4.1	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO PARA PEDESTRE - AZUL	m²	270,00
3.4.2	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DOS BERÇOS - AMARELO	m²	155,00
3.4.3	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - MARCAÇÃO NO PISO DA ÁREA DE CONFLITOS - AMARELO	m²	30,70
3.4.4	Pintura setas e zebrado term.-5 anos (p/ extrusão) - DIVISÃO DE FLUXO DE OPOSTOS CONTINUA - AMARELO	m²	42,60
4	**BERÇO 101 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA**		
4.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	CJ	1,00
5	**BERÇO 102 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA**		
5.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA	CJ	1,00
	TOTAL GERAL=		**R$ 0,00**

VALOR TOTAL R$ _____,__ (_____)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 03 (três) anos.

Data, ___de _____de 2018.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nº EMAP: 2017.14-PO-GER-1001-0001-R01 DATA: REVISÃO: 1

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

| 1.0 | xxxx

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI

PROJETO:

Nº EMAP: 2017.14-PO-GER-1001-0001-R01 **DATA:** **REVISÃO:** 1

MODELO DE PLANILHA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI

ITENS	DESCRIÇÃO	%
1.0	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	
2.0	**DESPESAS FINANCEIRAS**	
3.0	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	
3.1	Seguro de Risco de Engenharia	
3.2	Garantia	
3.3	Riscos	
4.0	**LUCRO BRUTO**	
5.0	**TRIBUTOS**	
5.1	ISS (Observar Percentual da Localidade)	
5.2	PIS	
5.3	COFINS	
5.4	CPRB	
BDI=	**(((1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L))/((1-I))-1)*100**	**XX,XX%**

NOTAS:

1 - A fórmula proposta pela EMAP para cálculo do BDI, acima utilizada, segue o Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário;

2 - Alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1° e art. 8° da Lei Complementar n° 116/2001;

3 - Alíquota máxima de PIS é de até 1,65% conforme Lei n°10.637/02 em consonância ao Regime de Tributação da Empresa;

4 - Alíquota máxima de COFINS é de 3% conforme Lei n° 10.833/03;

5 - Os percentuais dos itens que compõem analiticamente o BDI são os limites referenciais máximos admitidos pela Administração, consoante o art. 40, inciso X da Lei n° 8.666/93.

6 - A alíquota do ISS aplicada no município de São Luís é de 5%, porém, o acórdão do TCU n° 2369/2011 considera a aplicação da taxa apenas sobre metade do preço da venda do serviço, tendo em vista que parte da planilha orçamentária é composta por material. Desta forma, no BDI foi aplicado o percentual de 2,5%.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO VI

MODELO DE PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

MODELO DE PLANILHAS DE ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
	GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		
A 1	INSS - Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91		
A 2	SESI ou SESC - Artigo 3° Lei 8.036/90		
A 3	SENAI ou SENAC - Decreto 2.318/86		
A 4	INCRA - Lei 7.787 de 30/06/89 e DL 1.146/70		
A 5	SEBRAE - Artigo 8° Lei 8.029/90 e Lei 8.154 de 28/12/90		
A 6	Salário Educação - Artigo 3° Inciso I Decreto 8.704/82		
A 7	Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS		
A 8	FGTS - Artigo 15 Lei 8.030 e Artigo 7° Inciso III CF/88		
A 9	SECONCI		
	SUBTOTAL GRUPO A		
	GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A		
B 1	Repouso Semanal Remunerado		
B 2	Feriados		
B 3	Auxílio-Enfermidade		
B 4	13º Salário		
B 5	Licença Paternidade		
B 6	Faltas justificadas		
B 7	Dias de Chuvas		
B 8	Auxilio Acidente do Trabalho		
B 9	Férias Gosadas		
B 10	Salário Maternidade		
	SUBTOTAL GRUPO B		
	GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO B		
C 1	Aviso Prévio indenizado		
C 2	Aviso Prévio Trabalhado		
C 3	Férias (indenizadas)		
C 4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		
C 5	Indenização Adicional		
	SUBTOTAL GRUPO C		
	GRUPO D - INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B		
D 1	Reincidência de A sobre B		
D 2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
	SUBTOTAL GRUPO D		
	TOTAL (A+B+C+D)		

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS LOCAIS ONDE SERÁ REALIZADA A OBRA/SERVIÇO

À

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

NESTA

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, em atendimento ao previsto no Edital, que tem conhecimento dos locais onde será realizada a obra/serviço e que é detentora de todas as informações relativas à sua execução.

Declara, ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de quaisquer fatos para solicitar qualquer alteração das condições contratuais, caso a nossa empresa seja a vencedora da licitação.

Local, data e assinatura

_____

Nome e assinatura do responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO VIII

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**

São Luís - MA., ___ de _____ 2018.

À
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/EMAP

(empresa)_____, por seu representante legal, que esta subscreve, credencia o Sr. _____, portador da CI n° _____ e do CPF n° _____, para representá-la perante a **Concorrência** em referência, com poderes para negociar o valor ofertado, recorrer, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase do processo licitatório e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Atenciosamente,

_____
Nome e assinatura do responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

DECLARO, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que a Empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

São Luís, __ de _____ de 2018.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NO DESCREDENCIAMENTO DA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SALVO SE O INTERESSADO CREDENCIADO PRESENTE NA SESSÃO PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 (DEZOITO) ANOS

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

_____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ , portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, ___ de _____ de 2018.

_____

(Nome e CPF do responsável legal da empresa)

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO XI

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, por intermedio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, R.G. nº _____, CPF nº _____, DECLARA para os fins de direito, caso seja declarada vencedora da **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP** e celebrado o respectivo Contrato Administrativo, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciaria e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro cotratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

São Luís, __ de _____ de 2018.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NA LICITAÇÃO, SALVO SE O INTERESSADO CREDENCIADO PRESENTE NA SESSÃO PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO EM QUE FOR CONSTATADA A SUA FALTA NA PRÓPRIA SESSÃO.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2018/00-EMAP

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA– EMAP E A EMPRESA _____, PARA EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DOS BERÇOS 103 E 106 (MESO E SUPERESTRUTURA) E RECUPERAÇÃO CATÓDICA DOS BERÇOS 101 E 102, NO PORTO DO ITAQUI EM SÃO LUÍS – MA.

A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP, empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, vinculada à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – SEINC, com sede no Porto do Itaqui, São Luís - Maranhão, daqui por diante denominada EMAP, neste ato representada por seu Presidente, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº ___.___.___-__, e inscrito no R.G. sob o nº _____, por seu Diretor de Engenharia e Manutenção, Sr. _____, inscrito no CPF sob o n° ___.___.___-__, e inscrito no R.G. sob o nº _____, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu sócio, Sr. _____, inscrito no R.G. sob o nº _____, e no CPF sob o n° ___.___.___-__, doravante denominada "CONTRATADA", têm entre si, ajustado o presente Contrato, cuja lavratura foi regularmente autorizada pela Diretoria Executiva da EMAP, conforme consta do Processo Administrativo nº 1405/2017–EMAP, de 21.08.2017 e do Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP** e respectivos anexos que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666/93, à Proposta adjudicada e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

É objeto do presente contrato a Contratação de Empresa Especializada para execução da Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 (meso e superestrutura) e Recuperação Catódica dos Berços 101 e 102, no Porto do Itaqui em São Luís – MA, conforme Projeto Básico constante do Anexo I do Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Toda e qualquer alteração, somente poderá ser executada mediante aprovação prévia por parte da EMAP, devendo ser efetivada por meio de Instrumento Aditivo ao Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Integram este Instrumento, independentemente de transcrição, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e a legislação complementar, que a CONTRATADA, desde já, aceita e declara conhecer, bem como a Proposta da mesma, apresentada no correspondente Processo Administrativo, ficando, porém, ressalvadas, como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo para execução dos serviços objeto deste Contrato é de ___(____) anos, obedecidos os prazos estabelecidos no cronograma físico – financeiro, contado a partir da data contida na Ordem de Serviço a ser emitida pela EMAP, autorizando o início das atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O valor total dos serviços ora contratado é de R$ _____ (_____), conforme proposta apresentada pela Contratada no Processo Licitatório da CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP, e aceita pela EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No preço contratual apresentado na proposta da CONTRATADA estão incluídos todos os custos com mão-de-obra, honorários, EP's, equipamentos, peças, materiais, serviços, hospedagem, alimentação, licenças, transportes, seguro de transporte, impostos, encargos sociais e quaisquer incidências tributárias, bem como as resultantes das leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias, que se aplicarem direta ou indiretamente, e que venham a incidir no cumprimento deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A juízo exclusivo da EMAP, e com as devidas justificativas, poderão ser atribuídos ou suprimidos serviços, decorrentes desta contratação até o limite permitido por Lei.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O preço referido na Cláusula Terceira, Caput, deste Contrato, constante da Proposta da Contratada apresentada na **Concorrência nº 004/2018 – EMAP**, poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da CONTRATADA, sendo que o primeiro reajuste poderá ocorrer somente após o prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, mantendo-se para os reajustes subsequentes a mesma periodicidade anual, garantindo a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os reajustes serão realizados com base no Índice Geral de preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

O reajuste será aplicado pelo índice setorial pertinente, com base no valor do índice do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.

O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = \left(\frac{I_i - I_o}{I_o}\right) \times V$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente ou em periodicidade menor, a critério da EMAP, com base no cronograma aprovado, mediante depósito em Conta Corrente da Contratada, no Banco do Brasil S.A. ou em outra instituição bancária por ela indicada, após a conclusão das etapas de serviços, mediante Boletim de Medição e apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados e medidos no período, devidamente certificada pela Fiscalização, observadas as condições de preços propostos pela CONTRATADA e aceitos pela EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, Inscrição Estadual nº 12.180.031-8, endereço: Porto do Itaqui, s/n, Itaqui, CEP: 65.085-370, São Luís – MA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A medição dos serviços será feita visando à apuração dos serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período e será efetuada pela Fiscalização, independentemente de solicitação da CONTRATADA e obedecerá a rotina descrita no Anexo II (critério de medição) do Projeto Básico ingrante do Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP**.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O Certificado de Medição será emitido ao final das etapas de serviços, compreendendo todos os itens de serviços efetivamente executados no período a que se referir o certificado, apurados pela Fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO

Todas as medições serão realizadas acompanhando a composição de custo unitário, podendo ser glosado, ou seja, não medido, qualquer item que porventura não seja utilizado/disponibilizado na obra, assim como por serviços mal executados não aceitos pela fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO

A contratada deverá apresentar, para efeito de pagamento, juntamente com a Nota Fiscal, Carta da Contratada endereçada à EMAP formalizando o pedido e a documentação de comprovação

de regularidade fiscal e trabalhista elencadas no subitem 6.1.2 do Edital da CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP.

PARÁGRAFO SEXTO

A documentação exigida no parágrafo anterior deverá ser apresentada, na impossibilidade de conferência da autenticidade no site dos órgãos emitentes, **em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou pela Fiscalização ou por funcionário da EMAP designado para esse fim, sendo nestes dois últimos casos, mediante a apresentação dos originais para confronto**.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A EMAP terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da Nota Fiscal, para efetuar o pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO NONO

Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no artigo 1° F, da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pelo artigo 5° da Lei nº 11.960, de 26 de junho de 2009, após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Em caso de atraso de pagamento, motivado pela CONTRATANTE, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pro rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = \left[\left(\frac{1 + IPCA}{100}\right)^{\frac{n}{30}} - 1\right] \times VP$$

Em que:

AF = Atualização Financeira

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do estabelecido na Cláusula Primeira deste Contrato, constituem obrigações:

I - DA CONTRATADA:

a) Apresentar um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica;

b) Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;

c) Gerenciar os serviços;

d) Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;

e) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas da licitação e na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, em atenção ao artigo 55 da Lei nº 8.666/1993;

f) Cumprir fielmente o contrato, zelando, de forma meticulosa e constante, pela perfeita execução do serviço, obra ou fornecimento, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do artigo 66 da Lei nº 8.666/1993;

g) Corrigir imediatamente as Eventuais falhas após a verificação;

h) A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos, cabendo recurso, à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias;

i) Indicar, por escrito, e manter, no local da obra ou do serviço, preposto para representá-la na execução do contrato, durante toda a vigência deste, nos moldes do artigo 68 da Lei nº 8.666/1993;

j) Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores, na forma do artigo 69 da Lei nº 8.666/1993;

k) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Contrato, em consonância com o artigo 70 e 71 da Lei nº 8.666/1993;

l) Apresentar as ART´s – Anotações de Responsabilidade Técnica de execução dos serviços objeto deste Contrato, ao início do contrato e no ato da apresentação do boletim de medição;

m) Executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas no Projeto Básico;

n) Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Contrato, devidamente identificado mediante a utilização de crachás;

o) Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Contrato;

p) Responder perante a EMAP e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados;

q) Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados;

r) Expor, antes de iniciar os trabalhos, a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída;

s) Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales-refeições, vales transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas, devendo saldá-los na época própria, uma vez que esses empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

t) Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda judicial trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato;

u) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da EMAP;

v) Não subcontratar a execução do contrato, exceto quando, expressa e especificamente, em cada caso, e mediante a indicação dos limites admitidos, a EMAP autorizar que a CONTRATADA subcontrate partes da execução da obra, serviço ou fornecimento, conforme o disposto no artigo 72 da Lei nº 8.666/1993;

w) Prestar à CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução do contrato, relatando toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do serviço, obra ou fornecimento;

x) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do gestor e/ou fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, apresentando documentação requerida e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

y) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, praticada pelos respectivos empregados nas instalações da CONTRATANTE;

z) Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da EMAP;

aa) Responder pelos danos causados diretamente EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pela EMAP;

bb) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela FISCALIZAÇÃO, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

cc) Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE;

dd) Contatar a GERÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE – GESMA da EMAP, para tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente;

ee) Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP;

ff) Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO ou esteja previsto no Projeto Básico;

gg) Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

hh) Comunicar à FISCALIZAÇÃO da EMAP, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestando os esclarecimentos julgados necessários, para deliberação por parte da EMAP;

ii) Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos;

jj) Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços;

kk) Atender às solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas;

ll) Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias;

mm) As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas;

nn) A Contratada é responsável por examinar previamente os projetos e, sempre que forem apresentadas propostas, a mesma garante que está de acordo com o projeto;

oo) Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os mesmos projetos e as determinações técnicas. Fornecer a Contratante o “Manual de Uso e Manutenção” do empreendimento e de todos os seus componentes, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos;

pp) Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui;

qq) Manter arquivo ordenado com toda a documentação relativa à execução do contrato, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à EMAP no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

rr) Abster-se de contratar empregado pertencente aos quadros de pessoal da EMAP durante a vigência do Contrato;

ss) nformar à EMAP qualquer alteração por que passar o respectivo ato constitutivo, apresentando, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do registro da modificação, cópia desta e do respectivo registro;

tt) Abster-se de veicular publicidade acerca da presente contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração;

uu) Observar os prazos estabelecidos neste Instrumento;

vv) Respeitar as Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui, conforme previsto em anexo específico deste Instrumento;

ww) Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui;

xx) Realizar os testes preliminares, parciais e integrais, para avaliação do desempenho dos equipamentos/sistemas;

yy) Entregar à EMAP o projeto *as built* através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD ou pen drive). Para a entrega do *as built* deverá ser solicitado uma prancha padrão com o carimbo padronizado junto a CONTRATANTE, assim como as codificações dos projetos;

zz) Cumprir integralmente todas as clásulas deste Contrato.

II - DA EMAP:

a) Promover, por meio da FISCALIZAÇÃO designada neste Instrumento, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta última;

b) O gestor do contrato anotará as ocorrências em registro próprio, que deverá ser juntado ao contrato ao término de sua vigência;

c) Expedir, conforme o caso, a ordem de serviço ou de fornecimento;

d) O gestor do contrato deve comunicar as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno;

e) Notificar, por escrito, a CONTRATADA quanto à ocorrência de eventual imperfeição no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

f) Efetuar o pagamento devido à empresa prestadora do serviço, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Contrato;

g) Permitir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências para a fiel execução do contrato;

h) Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada;

i) Promover o acompanhamento e FISCALIZAÇÃO dos serviços;

j) Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos serviços;

k) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da FISCALIZAÇÃO;

l) Verificar se estão sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta;

m) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares do Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

n) Rejeitar, no todo ou em parte, a obra, o fornecimento e/ou os serviços em desacordo com as exigências deste Contrato e do Projeto Básico;

o) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;

p) Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em caso de conformidade;

q) Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

r) Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

s) Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato;

t) Receber o objeto do contrato no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

u) Fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação;

v) Atestar, por meio de recibo ou de simples atesto no verso da nota fiscal/fatura, a fiel execução do contratado;

w) Cumprir as regras e condições expostas do Projeto Básico e no Edital de Licitação;

x) Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

y) Fornecer a Contratada cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma;

z) Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;

aa) Treinar todos os empregados da Contratada no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui);

bb) Fornecer os Procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui para que o serviço seja executado conforme suas orientações.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE

A Contratada assume total responsabilidade pelo cumprimento das Cláusulas e condições deste Contrato, assim como pela execução plena e satisfatória de seus serviços, respondendo perante à EMAP e terceiros pela cobertura dos riscos e acidentes de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO

As licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades Federais, Estaduais e/ou Municipais, correrão por conta e risco exclusivo da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

O objeto deste Contrato será fiscalizado pelo Sr. _____, _____ da EMAP, daqui por diante denominada simplesmente "Fiscalização", independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços, que venham a ser determinados pela EMAP, a seu exclusivo juízo, podendo ser substituído pelo Sr. _____, _____ da EMAP, em seu impedimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Fiscalização de que trata o "caput" desta Cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE, de seus empregados, prepostos ou contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as Ordens-de-Serviço, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada, serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA manterá sempre um preposto para as tratativas e para resolver as questões que surgirem durante a execução deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A garantia será prestada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no percentual de 5% do valor global contratado, em uma das modalidades a seguir, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, prazo para apresentação da garantia após esse prazo:

a) Em dinheiro;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil;

d) Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Se a opção recair em Seguro Garantia a mesma deverá ser feita mediante entrega da Apólice em original, acompanhada de comprovante de pagamento do respectivo prêmio, devendo ainda conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos após o prazo de validade deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos após o prazo de validade do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

Caso ocorra prorrogação do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar **no ato da assinatura do termo aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da EMAP**, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

PARÁGRAFO QUINTO

A **Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP** poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização e/ou Comissão da **EMAP** designada para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA, na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, pode subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 20% (vinte por cento) após prévia e expressa autorização da EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As subcontratações deverão ser previamente autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo causa de rescisão contratual aquela que não for formalizada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ao efetuar a subcontratação, a CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade da obra ou do serviço prestado.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATRADA será responsável solidariamente por todas as pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira que for atribuída a SUBCONTRATADA em virtude da

penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) e demais obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão do Contrato entre a CONTRATADA e a EMAP, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUINTO

O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações por parte da SUBCONTRATADA e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEXTO

Todos os pormenores e prerrogativas integrantes do Projeto Básico que englobam as orientações sobre direto e deveres da CONTRATRADA deverão também estender-se a SUBCONTRATADA. Dessa maneira, é obrigação da CONTRATRADA que oriente a SUBCONTRADA e faça cumprir as obrigações, procedimentos e regulamentos aqui estabelecidos, sob pena de rescisão e responsabilização solidária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente estará restrita aos serviços complementares, de apoio ou de suporte técnico à CONTRATADA, quando da realização dos serviços considerados parcelas de maior relevância do objeto, ficando claro que, a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços (parcelas de maior relevância do objeto), assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

PARÁGRAFO OITAVO

O serviço de maior relevância do objeto é a Execução de Projeto de Recuperação de Estruturas em Concreto Armado com Patologias;

PARÁGRAFO NONO

A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação, quando comprovados que estão em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais, nas normas e nas especificações.

PARÁGRAFO DÉCIMO

De acordo com o disposto no § 2° do artigo 10° do Decreto nº 7.581/2011, a CONTRATADA, ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços ou obras deverá apresentar documentação da subcontratada que comprove perante a FISCALIZAÇÃO sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. As empresas subcontratadas também devem comprovar que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A relação que se estabelece na assinatura do Contrato é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CONTRATANTE e a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto à subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO EXECUTADO

Os serviços, objeto deste Contrato, serão recebidos provisoriamente pela Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) corridos contado da comunicação escrita do contratado, e definitivamente por servidor ou comissão designada pelo Presidente da EMAP, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contado da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório, mediante recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, e das responsabilizações civil e criminal por ilícitos a que tiver dado causa, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas a seguir descritas:

a) Advertência escrita, podendo, ainda, se for o caso, ser fixado prazo para a adoção de medidas corretivas;

b) Multa:

b1. De 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b2. De 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

b3. De 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação nas seguintes situações:

b3.1) recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela EMAP;

b3.2) no descumprimento de cláusula contratual, à exceção da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou de parcela deste, cuja não observância sujeita o responsável às sanções previstas nas alíneas “b1” e “b2”, conforme o caso.

b4. Decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso na execução do objeto pactuado, este contrato será rescindido, exceto se houver interesse justificado da **EMAP** na manutenção da avença, sem prejuízo de o autor do ilícito ser apenado na forma da alínea “b2”, desta Cláusula;

b5. No caso de não pagamento voluntário no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação da aplicação da sanção, a **EMAP** poderá:

b5.1) descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos pela EMAP;

b5.2) descontar da garantia caso a multa seja de valor superior aos créditos da CONTRATADA, devendo a garantia ser recomposta no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de se configurar inexecução contratual.

b5.3) inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção das medidas previstas nas alíneas “b5.1” e “b5.2”.

b6. A multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, em função da natureza e da gravidade do ilícito.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, devendo ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

c1. por até 30 (trinta) dias:

c1.1) descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência;

c1.2) perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação;

c2. de 31 (trinta e um) dias a 6 (seis) meses:

c2.1) reincidências no cometimento de ilícito punível com advertência, em prazo inferior a 12 (doze) meses da última sanção aplicada, que cause grave prejuízo à EMAP;

c2.2) aplicação de nova sanção de multa pelas seguintes condutas, nos casos de atraso na execução do objeto, que cause grave prejuízo à EMAP, ou por alteração de quantidade ou qualidade prevista no edital ou na proposta;

c3. de 6 (seis) a 12 (doze) meses:

c3.1) retardamento imotivado na execução de serviço, obra ou fornecimento de bens que implique necessária rescisão contratual;

c3.2) não pagamento de multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas;

c4. de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses:

c4.1) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados;

c4.2) declaração falsa;

c4.3) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos relacionados ao contrato;

c4.4) paralisação do serviço, obra ou fornecimento de bens sem justo motivo e prévia comunicação à EMAP;

c4.5) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;

c4.6) inexecução contratual da qual resultem graves prejuízos à EMAP.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A reabilitação perante a Administração dar-se-á pelo cumprimento das obrigações de ressarcir os prejuízos; de pagar as multas devidas; e, se houver, de fazer.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No ato da declaração de inidoneidade, a **EMAP** deve indicar, para fim de reabilitação, o valor a ser ressarcido pela CONTRATADA, com os acréscimos legais devidos, e as eventuais obrigações de fazer.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A(s) multa(s) será(ão) aplicada(s) pela FISCALIZAÇÃO e deverá(ão) ser recolhida(s) à Coordenadoria de Finanças da **EMAP**, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias a partir de sua(s) notificação(ões).

PARÁGRAFO QUARTO

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do recolhimento, oferecer recurso ao Presidente da **EMAP** por meio da FISCALIZAÇÃO, que o encaminhará devidamente informado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer outra disposição do presente Contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela EMAP, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, quando da ocorrência de um dos seguintes casos:

a) se o presente Contrato for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem a prévia autorização da EMAP.

b) se a Contratada impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da EMAP.

c) se a Contratada deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas do presente Contrato, ou se incidir mais de duas vezes na mesma falta, sem prejuízo das multas de que trata a Cláusula Décima Segunda deste Instrumento.

e) deixar de prestar a garantia no percentual e prazo estabelecidos;

f) se vier a ser decretada a falência ou a liquidação da Contratada.

g) demais motivos previstos nos incisos I a XVII, e parágrafo único, do Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se a rescisão deste Contrato provocar prejuízos e/ou danos diretos à EMAP, promoverá esta, a responsabilidade da Contratada, visando o seu respectivo ressarcimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica estabelecido que a cobrança de quaisquer importâncias devidas pela Contratada à EMAP será feita por meio de processo de execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se a EMAP julgar necessário rescindir o presente Contrato, não tendo a Contratada dado causa à rescisão, poderá fazê-lo mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, pagando os produtos e serviços fornecidos e executados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da contratação dos serviços de que trata este processo licitatório correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Orçamento Geral da EMAP, natureza da despesa 44.90.51 – Obras e Instalações, CAPEX: Obra de Recuperação Estrutural dos Berços 103 e 106 e Recuperação Catódica dos Gabiões nos Berços 101 e 102 e Superestrutura nos Berços 103 e 106, fonte 227 – recursos das empresas estatais, integrante do Orçamento Geral da EMAP para o exercício financeiro de 2018/2019/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Contrato, no "Diário Oficial" será providenciada pela EMAP, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 39 (trinta e nove) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Contrato está vinculado ao Edital da CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deverão ser resolvidos entre as partes contratantes e constituirão objeto de Termo Aditivo ao presente Contrato, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA TRANSFERÊNCIA

A Contratada não poderá transferir a outrem o todo ou parte do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da EMAP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente documento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

São Luís(MA), ____ de _____ de 2018.

_____ _____

Presidente da EMAP Diretor de Engenharia e Manutenção

_____

Representante Legal da Contratada

T E S T E M U N H A S:

Pela **EMAP**
RG nº:
CPF nº:

Pela **CONTRATADA**
RG nº:
CPF nº:

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO XIII

NORMAS DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS CONTRATADAS E PRESTADORAS DE SERVIÇO NO PORTO DO ITAQUI

01 - OBJETIVO
Estas instruções visam orientar e definir procedimentos para as Empresas Contratadas, no que se refere às diretrizes Básicas de Segurança do Trabalho, Higiene Industrial na área do Porto Organizado do Itaqui, com o objetivo de preservar a integridade do trabalhador, meio ambiente e o patrimônio, assegurando a continuidade das atividades.

02 - CONCEITUAÇÃO
Para os fins desta Norma, Empresas e Contratadas ou, simplesmente Contratados, são as empresas que, mediante um instrumento contratual, executem serviços para a EMAP e tenham empregados trabalhando nas dependências da mesma.
Prestadoras de Serviço são todas as empresas que prestam serviços nas áreas sobre administração da EMAP, incluindo: Operadores, Arrendatários e prestadores de serviço.

03 - APLICAÇÃO
Estas instruções aplicam-se às Empresas referidas no item 02 e devem, obrigatoriamente, ser parte integrante dos Editais de Licitação e anexo ao contrato.
Na execução do objeto do contrato, obrigam-se, ainda, as Contratadas a respeitar a legislação vigente sobre a Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Portaria 3214/78, Programa de Gerenciamento de Segurança e Saúde Ocupacional, acatando, também, outras recomendações específicas que sejam feitas pela COSET – Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho.

04 - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

4.1 - Precauções
A Contratada juntamente com o fiscal do contrato (EMAP), deverá comparecer junto a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho - COSET, antes do início das obras ou serviços, a fim de tomarem ciência das medidas a serem adotadas durante a execução dos mesmos.
Apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	PRAZO
PCMAT	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
PCMSO	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
Exames médicos e ASO	Antes do início dos serviços
Certificado de treinamento 6 (seis horas)	Antes do início dos serviços
Vínculo empregatício	Antes do início dos serviços
Relação de EPI´S com os CA'S	Antes do início dos serviços

4.2 - Vistorias de Segurança
A COSET realizará, podendo ter o acompanhamento dos membros da CIPA, no desempenho de suas funções inspeções periódicas nos canteiros de obras/serviços da Contratada, visando verificar o cumprimento das determinações legais referentes à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e Meio Ambiente, assim como normas, instruções, recomendações e outros atos da EMAP sobre o assunto.
Constatadas quaisquer irregularidades, a COSET, CIPA e demais empregados da EMAP, deverão notificar o Fiscal do Contrato, que providenciará para que sejam sanadas as irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
A EMAP poderá a qualquer tempo, solicitar a presença de representantes da Superintendência Regional do Trabalho - SRT, em suas obras, a fim de auxiliar na orientação e fiscalização do cumprimento de todas as disposições legais.
Além dos relatórios que a Contratada está obrigada a fornecer ao Ministério do Trabalho, conforme legislação vigente, obriga-se também a enviar mensalmente a EMAP, o Relatório Mensal de Acidentes. Os Relatórios deverão ser enviados a COSET, no máximo até o 3º dia útil do mês subsequente, conforme Ficha de Controle de Acidentes do PSSO.
Obs. A ocorrência de qualquer acidente deve ser comunicado a COSET de imediato (mesmo turno da ocorrência), através do telefone 3216 -6053 e 3216-6087.

4.3 - Suspensão dos Trabalhos por Motivo de Segurança
4.3.1 - A EMAP se reserva o direito de suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente de ameaça à segurança e/ou danos às pessoas, bem como no ambiente de trabalho, ficando estabelecido que estas suspensões não eximem a Contratada das obrigações e penalidades estabelecidas no Contrato, referentes a prazos e multas.
4.3.2 - O não cumprimento das Normas acarretará à Contratada a suspensão de medições, pagamentos e/ou serviços pela EMAP, sem prejuízo das obrigações e penalidades contratuais referentes a prazo.

05 - CIPA
Conforme o quadro I da NR5, a Contratada procederá da forma abaixo.
5.1.1 - Com número inferior a 20 (vinte) empregados, deverá escolher um **responsável** pelo **cumprimento** das atribuições da NR 05 e, consequentemente oficializá-los perante a COSET e CIPA da EMAP.
5.1.2 - Com número igual ou superior a 20 (vinte) empregados deverá formar sua CIPA e, oficializá-la em 30 dias após mobilizações dos canteiros de obra.

Nota:
As Contratadas deverão apresentar a COSET e CIPA evidências objetivas de suas CIPA's, obedecendo rigorosamente a NR 05. Também deverá constar programa de conscientização de seus empregados, quanto à prática de segurança, por exemplo: reuniões periódicas, campanhas, treinamentos, etc.

06 - SESMT
6.1- As Contratadas deverão possuir Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, de acordo com o Quadro I, da NR 4, Portaria 3.214/78.
6.2 - As Contratadas deverão apresentar registro profissional dos integrantes de seus respectivos SESMT na SRT à COSET.

07. TREINAMENTO DE SEGURANÇA
As Contratadas que possuírem o SESMT deverão apresentar cronograma de treinamento, contendo local, conteúdo programático, carga horária, antes do início das atividades na EMAP. Após realização dos cursos deverão ser enviadas as listas de presença para a COSET.
O treinamento ministrado pelo SESMT das Contratadas deverá conter no mínimo o conteúdo e carga horária do programa definido na NR 18.
Quando necessário a COSET, convocará novamente os empregados das Contratadas para o treinamento de reciclagem.
O Crachá definitivo para acesso a EMAP só será reconhecido após conclusão do curso citado acima, onde a COSET emitirá selo de validade.

8 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – PGSSO.
As Contratadas obrigatoriamente deverão fazer uso das ferramentas de prevenção de acidentes, constantes do Programa de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional da EMAP.

9 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI's
A partir do Portão de acesso a área primária os empregados deverão fazer uso obrigatório de **capacete de segurança, botina de segurança e óculos de segurança**, não sendo permitido o acesso a pé sem uso dos mesmos.
9.1 - É obrigação da Contratada envidar todos os esforços no sentido de eliminar quaisquer riscos de acidentes e danos à saúde de seus empregados, através de medidas de proteção coletiva.
9.2 - Quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis, ou não oferecerem completa proteção aos empregados, ou enquanto estas medidas estiverem sendo implantadas e/ou em situações de emergência, a Contratada obriga-se a fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual - **EPI's,** conforme NR 6 da portaria 3.214 de 08.06.1978.
9.3 - As Contratadas deverão treinar seus empregados quanto ao uso dos EPI's e torná-lo obrigatório.
9.4 - É obrigação da Contratada o fornecimento gratuito aos seus empregados e de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, com certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme a norma Regulamentadora NR 06 , da portaria 3.214/78 e/ou normas internas que possam vir a ser estabelecidas pela EMAP.
9.5 - As Contratadas antes do início das atividades deverão apresentar a COSET (Segurança do Trabalho) amostras dos EPI's a serem utilizados, onde o Engenheiro de Segurança analisará, podendo ou não aprová-los.
Os serviços só poderão ser iniciados quando os empregados das Contratadas ou Subcontratadas estiverem equipados com os EPI's adequados.

10 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NO CANTEIRO DE OBRAS
10.1 - Não é permitida a construção de qualquer alojamento, escritório de campo, depósito ou barracão em área da EMAP sem a sua autorização, por escrito, através do órgão responsável pela obra.
10.2 - Os alojamentos, escritórios de campo, depósitos ou barracões devem ser identificados com emblemas ou logotipo da Contratada.
10.3 - Os alojamentos, escritórios de campo, devem ser mantidos pintados, limpos, arrumados em perfeitas condições de segurança, cabendo ao fiscal do contrato e a **COSET** e/ou **CIPA** da EMAP, fazer a devida fiscalização.

11 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS/VESTIÁRIOS
A Contratada obriga-se a adquirir ou construir instalações sanitárias no seu canteiro de obras ou áreas de atuação, de conformidade com a legislação vigente, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

12- LOCAL PARA REFEIÇÃO / ÁGUA POTÁVEL
12.1 - A Contratada deve providenciar, em seu canteiro de obras, dependências que atendam aos requisitos de limpeza, arejamento e iluminação, onde seus

empregados possam guardar e fazer suas refeições, de forma a atender a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Portaria 3.214.

Nota

Quando houver locais com instalações já definidas para empresas Contratadas, a EMAP, durante a vigência do contrato, colocará aquelas instalações à disposição da Contratada, responsabilizando-a por quaisquer danos às referidas instalações.

13 - RESÍDUOS E ENTULHO DE OBRAS

13.1 A Contratada é responsável pela coleta seletiva de Resíduos e limpeza de entulho de obras em seus acampamentos, escritórios e frentes de serviços, devendo ser obedecidas as Normas Regulamentadora NR-24 e 25, da Portaria 3.124, do Ministério do Trabalho e orientação da COSET (Meio Ambiente).

13.2 É de responsabilidade da Contratada providenciar vasilhames descartáveis e sacos plásticos para coleta e acondicionamento dos resíduos e resto de alimentos, os quais deverão ser destinados a um aterro sanitário, em locais a serem definidos pela fiscalização do contrato e a COSET (Meio Ambiente), onde não houver ponto de coleta de Resíduos.

13.3 Os Resíduos e o entulho de obras só poderão ser depositados na EMAP, nos locais determinado pela gerencia de contrato, podendo ainda a EMAP proibir o depósito em locais fora de sua área uma vez comprovado que a comunidade vizinha possa ser prejudicada.

13.4 A responsabilidade pela manutenção da ordem nos locais de depósito de Resíduos e de entulhos de obras é exclusiva das Contratadas que os utilizam, devendo as áreas ser mantidas permanentemente limpas.

14 - ELETRICIDADE

14.1 A ligação à rede de distribuição de energia elétrica da EMAP somente poderá ser feita pelo Setor de Manutenção da área da EMAP através da solicitação do fiscal do contrato.

14.2 Somente é permitida a execução de serviços em redes de alta tensão, ou próximo às mesmas, após desenergizar o sistema elétrico em questão, com a autorização do Setor de Manutenção da área.

14.3 A troca de fusíveis somente pode ser feita pelo setor de Manutenção da EMAP.

14.4 Qualquer ligamento ou desligamento de painel elétrico, somente poderá ser efetuado pelo setor de Manutenção da EMAP, provido com cartão de bloqueio e solicitado pelo Fiscal do Contrato.

14.5 A execução de instalações elétricas provisórias no canteiro de obras deve atender, quanto à segurança, ao disposto na Norma Regulamentadora nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR 10 - Instalações e Serviços de Eletricidades - com redação dada pela Portaria 3.214.

14.6 Os profissionais da Contratada que exerçam atividades relacionadas com eletricidade deverão atender todas as exigências da NR 10 Instalações e Serviços com Eletricidade e conhecimento da Norma de Bloqueio da EMAP.

15- ÁGUA / ESGOTO / GÁS/ AR COMPRIMIDO

15.1 As ligações de água, esgôto, gás e ar comprimido, somente podem ser executadas pelos órgãos competentes da EMAP, ou sob sua orientação direta.

15.2 Os trabalhos sob ar comprimido devem, obrigatoriamente, obedecer aos dispositivos legais vigentes (NR 15), bem como as Normas oriundas da EMAP.

15.3 - É obrigatório o uso de unidade purificadora de ar comprimido nos serviços de jateamento para trabalhos com duração acima de 02 horas, sendo aconselhável o uso do unificador de ar. A saída do ar para o usuário deve ser feita através de engate rápido, ou por um bico. A regulagem do fluxo do ar pode ser feita no painel de distribuição, ou no conjunto do cinto do usuário.

16 - DEPÓSITO, MANUSEIO, TRANSPORTE E AVISO APROPRIADOS PARA PRODUTOS INFLAMÁVEIS/CORROSIVOS E TÓXICOS.

16.1 O manuseio, transporte, armazenamento e uso de produtos inflamáveis, corrosivos e tóxicos deverão ser feitos de acordo com a Norma Regulamentadora 19, da Portaria 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho. A Contratada será a única responsável por qualquer dano ou conseqüência de acidentes em quaisquer destas atividades.

16.2 Os depósitos de inflamáveis, corrosivos e tóxicos devem situar-se em locais apropriados, determinados pelo Fiscal do contrato, ouvido a COSET (Segurança do Trabalho), e devidamente protegidos, sinalizados e isolados, de conformidade com a legislação e normas vigentes. A esses locais só deverão ter acesso às pessoas credenciadas e que percebem o Adicional de Periculosidade ou Insalubridade, se devido.

16.3 - O transporte de inflamáveis deve ser feito, obrigatoriamente, em recipientes e/ou carros-tanques apropriados e equipados com extintores de incêndio adequados e devidamente sinalizados.

16.4 - Avisos de "É PROIBIDO FUMAR" e "INFLAMÁVEIS" devem ser colocados em locais de fácil visibilidade, onde haja perigo de presença de vapores ou materiais inflamáveis.

17 - OBRAS DE CONSTRUÇÃO, DEMOLIÇÃO E REPAROS.

17.1- Armazenamento e Estocagem de Materiais

Os materiais empregados nas construções devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas ou saídas de emergências e não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos

previstos em seus dimensionamentos, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

17.2- Demolição

Antes de ser iniciada qualquer obra de demolição, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás e as canalizações de esgotos e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas ou protegidas, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.3 - Andaimes

Os andaimes devem ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estarão sujeitos, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.4 - Manuseio de Materiais e Transporte de Pessoas e de Materiais

Nos trabalhos de aplicação de laminados e pisos fixados por cola, bem como em qualquer trabalho que utilize solvente inflamável ou tóxico, devem respeitar as normas e determinações especificadas na NR-18.

17.5 - Serviço de Jateamento e Pintura

Os serviços de Jateamento devem ser executados dentro da condição de segurança exigida, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

18 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A Contratada deve dispor de equipamentos de proteção e combate a incêndios, mantidos nas instalações provisórias do canteiro de obras, nos diversos locais de trabalho, veículos e equipamentos de sua propriedade, cuja execução deve estar de acordo com orientação da COSET ((Segurança do Trabalho), respeitando as normas e determinações especificadas na NR-23 e NR 18.

19- NORMAS LEGAIS DE SEGURANÇA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Visando prevenir acidentes com seus empregados, bem como o pessoal da EMAP que transita ou trabalha em área adjacentes às obras, a Contratada deve, obrigatoriamente adotar as medidas de proteção constantes da Norma Regulamentadora NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - com redação pela Portaria nº 4/95.

20- PCMSO- PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

Contratada deverá proceder aos exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função, conforme especificado na NR 7 – PCMSO.

21 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

21.1- A Contratada deverá comunicar a COSET (Segurança do Trabalho), todo acidente grave ou não que implique lesão pessoal, dano à propriedade perda material ou de tempo ocorrido com o seu pessoal por escrito ou por meio eletrônico, no máximo até 12 horas após o ocorrido.

21.2 - Informar a COSET, a entidade médica à qual deverá ser encaminhado seu pessoal em caso de acidentes do trabalho.

22 - PROTEÇÃO CONTRA AGRESSÃO AMBIENTAL

22.1- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao assunto.

22.2- É terminantemente proibido:

⇒ Lançar quaisquer produtos agressivos (sabão, óleo, combustíveis, detergentes), resíduos líquidos ou sólidos de qualquer espécie, nocivos à vida animal e vegetal em geral, em águas interiores, no solo, no ar e mar.

23 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

23.1- Caso haja alguma situação provocada direta ou indiretamente pela Contratada, de forma que as consequências venham recair ou serem incutidas a EMAP, sem prévia consulta relativa ao problema, à Contratada será responsabilizada pelo fato, por omissão de informação.

23.2- As irregularidades encontradas serão notificadas ao Órgão de Contratação, sendo adotadas, conforme a gravidade do problema levantado, medidas cabíveis, podendo inclusive ser efetuadas multas ou rescisão do contrato.

23.3 - Obrigam-se ainda, as Contratadas a respeitar a Legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, acatando outras recomendações específicas que, nesse sentido, sejam determinadas pela EMAP através da COSET, no documento Contratual.

23.4- A Contratada deverá através do **SESMT e/ou CIPA**, desenvolver as atividades pertinentes às áreas de Segurança e Medicina do Trabalho de forma a cumprir a Legislação e atender às solicitações da contratante, no caso de inspeção da DRT da Região, incluindo-se, por exemplo, o MAPA DE RISCO AMBIENTAL (NR 9 - com redação dada pela Portaria nº 25 - 29/12/94).

24 - VEÍCULO DE GRANDE PORTE

Todos os veículos de grande porte tais como: moto niveladoras, tratores, pás mecânicas, carregadeiras, caminhões, guindastes e outros deverão possuir sinalização sonora quando estiverem em marcha ré.

24.1 O deslocamento de veículo de grande porte com excesso lateral ou de altura, fora das áreas operacionais, deverão se fazer com o auxílio de batedor e devidamente sinalizado.

25- VISITAS TÉCNICAS

Por ocasião das visitas Técnicas das Contratadas nas áreas operacionais da EMAP, os seus representantes deverão portar e usar equipamentos de proteção individual básicos (capacete, sapato fechado, e óculos de segurança) e outros, conforme recomendação da área.

26 - TRÂNSITO- VEÍCULO MOTORIZADO- TRANSPORTE DE PESSOAS

Os veículos de propriedade da Contratada ou a seu serviço somente podem transitar pelas áreas da EMAP quando devidamente autorizados pelo órgão competente , que deve fornecer identificação especial, a ser afixada em local bem visível desses veículos, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

26.1- Transporte de empregados

O transporte de pessoas só poderá ser executado em veículo destinado a esse fim, ficando vedado o transporte em veículo adaptado, carroceria de camionetas, etc.

26.2- Crachá

É obrigatório o uso do crachá por parte dos empregados da Contratada, sendo necessário a sua apresentação sempre que solicitados por parte da segurança patrimonial da EMAP.

26.3- Veículos

A Contratada deve informar antes do início da obra a relação de veículos com suas respectivas características: tipo, marcas, cor e placa, todos acompanhados do xerox do DUT e conter a logomarca da empresa ao qual presta serviço.

27 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

27.1- A ação ou omissão da EMAP não anula nem invalida a responsabilidade da Contratada, quanto à prevenção e/ou conseqüência de acidentes ocasionais por seu pessoal, veículos e equipamentos.

27.2- A presente Norma aplica-se igualmente a qualquer outra pessoa física ou jurídica devidamente autorizada pela EMAP ou pela Contratada, que se encontrar dentro de sua área.

27.3- A EMAP se reserva ao direito de modificar ou acrescentar novas exigências sobre Segurança e Medicina do Trabalho sempre que julgar necessário para aperfeiçoamento das condições de segurança e proteção de pessoal, equipamentos, materiais e instalações.

27.4- Relacionamento EMAP/Contratadas - todos os assuntos entre a EMAP e Contratadas deverão ser tratados através do fiscal de Contrato, que terá assistência de todos os órgãos da empresa.

27.5- As Empresas Contratadas deverão conhecer e seguir os Procedimentos de Segurança legais e Normas da EMAP.

27.7- A Contratada deverá elaborar Ordem de Serviço, conforme determina a NR 01, item 1.7 e entregar uma cópia, solicitando conhecimento de todos os seus empregados e enviar um modelo dessa O.S. para a Segurança do Trabalho **da EMAP**.

27.8- As empresas Contratadas, Operadoras Portuárias e Arrendatários que sub-contratarem mão de obra, equipamentos e veículos para executar trabalhos na área alfandegada do Porto do Itaqui, deverão garantir boas condições de operacionabilidade dos equipamentos e veículos, bem como, a identificação da empresa tomadora dos serviços nos veículos e equipamentos de forma indelével, bem visível; garantir também que a mão de obra use os EPI's obrigatórios para as áreas operacionais, não sendo permitido o uso de bermudas, chinelos e camisetas.

27.9- Toda e qualquer dúvida pertinente ao assunto, deverá ser dirimida sob consulta à COSET.

CONCORRÊNCIA Nº 004/2018 – EMAP

ANEXO XIV

REGRAS DE OURO NO TRÂNSITO DO PORTO DO ITAQUI

Portaria nº 358/2015 – PRE

O Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 12.815/13, que estabelece na esfera de atuação da Administração do Porto a fiscalização das operações portuárias, com zelo para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

RESOLVE:

I - Determinar a obrigatoriedade o cumprimento das **Regras de Trânsito do Porto do Itaqui, a saber:**

- Manter os faróis sempre acessos, mesmo que de dia;
- Estacionar o veiculo sempre a ré;
- Estacionar somente nos estacionamentos regulamentados;
- Proibido o transporte de pessoas nas carrocerias dos veículos utilitários e caminhões;
- Manter todos os dispositivos de funcionamento e sinalização do veículo em perfeito estado de conservação;
- Dê preferencia aos pedestres;
- Proibido o uso de rádios, celulares ou dispositivos "mão livre" (viva voz, fones de ouvido, bluetooth), enquanto estiver dirigindo;
- Ao desembarcar os passageiros do veículo dê a preferencia em locais onde haja acostamento ou calçadas. Evite com que eles desçam para a pista, proporcionando assim perigos de colisão;
- Ao observar as placas de PARE, não quer dizer que é somente para reduzir, mesmo que nenhum veículo esteja atravessando a via, você deve parar;
- Carros de passeio devem dar prioridade aos veículos pesados e máquinas;
- Fique atento a sinalização da linha férrea, pois, há movimentação de trens dentro da poligonal;
- Não conduzir veículos utilizando chinelos;

II – Revogar disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

São Luís, 19 de agosto de 2015.

Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente da EMAP

Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP | Porto do Itaqui | São Luís | Maranhão | Brasil
Av. dos Portugueses s/nº | CEP 65085-370 | Tel.: +55 (98) 3216-6000 | Fax: 3222-4807
comunicacao@emap.ma.gov.br | emap.ma.gov.br
AUTORIDADE PORTUÁRIA